

67
anos

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Ano 19 - Nº 115 - Março 2003

Filiado à **CUT** Brasil

Não à Guerra de Bush



Os "interesses humanitários" de George Bush na guerra contra o Iraque já não convencem a opinião pública. Milhares de cidadãos foram às ruas, no mundo inteiro, para protestar contra mais este despropósito do presidente norte-americano, que leva a cabo uma doutrina de expansão, com o objetivo de consolidar a hegemonia dos Estados Unidos no mundo. Esta guerra pode ser, portanto, apenas o início de uma política que atenta contra os direitos internacionais, a liberdade dos povos e das nações. Hoje, o alvo de Bush é o Iraque e as reservas de petróleo do Oriente Médio - Emirados Árabes, Kuwait, Irã e Iraque detêm 54% das reservas mundiais. Amanhã, poderá ser o Brasil, que detém 15% da água disponível para consumo humano do planeta, um produto cada vez mais raro no mundo.

Funcionários do BB querem mudar forma de pagamento da PLR

Os funcionários do Banco do Brasil representados pela Comissão de Empresa querem mudar a forma de cálculo e pagamento da PLR. Estão negociando com a direção da empresa para que esse pagamento passe a ser feito nos moldes estabelecidos pela Convenção Coletiva acordada com a Fenaban.

As tratativas devem continuar no dia 31 deste mês, quando a direção do banco prometeu discutir também a reforma estatutária na Cassi e Previ, bem

como o fim ao trabalho gratuito, a partir da instituição de ponto aos comissionados.

Em relação ao pagamento da PLR, o funcionalismo quer que o banco assumo o modelo praticado na categoria bancária desde 1996, com pagamento da PLR extensivo a todos os empregados, sem medição de pontuação, sem exclusão das agências que não apresentaram lucro, sem exclusão do pessoal licenciado por saúde ou exercício e funções em outras entidades.

Mobilização conquista PLR no Santander

A luta dos funcionários do Santander rendeu seus frutos. Depois de intensa mobilização contra a discriminação no pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), os funcionários conseguiram levar a direção do Grupo Santander/Banespa a negociar com os sindicatos, federações e com a Confederação Nacional dos Bancários. Na negociação, o vice-presidente José Paiva Ferreira concordou em pagar aos funcionários do Santander Brasil,

Santander Meridional e Santander a segunda parcela da PLR (40% do salário mais R\$300,00). O pagamento foi efetuado em fevereiro, apesar da resistência inicial do conglomerado, que alegava prejuízo apurado nos balanços desses bancos. Mas, se esses bancos tiveram prejuízo, o Banespa obteve um lucro de R\$2,818 bilhões, o maior já alcançado por uma instituição financeira na América Latina. Por isso, nada mais justo do que garantir a extensão da PLR para todos os bancários.

Previ tem déficit de R\$1,5 bi em 2002

O desempenho ruim da economia e das bolsas no ano passado fez com que a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, registrasse resultado negativo pelo segundo ano consecutivo. A Previ encerrou o ano de 2002 com déficit de R\$1,5 bilhão, sendo que o déficit acumulado em dois anos é de R\$3,6 bilhões.

Na contabilidade dos fundos de pensão, o déficit representa a diferença entre as despesas previstas com pagamento de benefícios e a arrecadação com as contribuições dos participantes. O

presidente da Previ, Sérgio Rosa, garante, com base nas constatações dos auditores atuariais do fundo de pensão, que o déficit técnico não implica em situação de desequilíbrio econômico-financeiro e não compromete o pagamento de benefícios. Rosa mencionou ainda uma questão contábil. Existem R\$4,2 bilhões de recursos bloqueados na Justiça desde dezembro de 2000. "Isso impede que os resultados de anos bons sejam usados para cobrir resultados de anos ruins".

Sudameris, HSBC e ABN: campeões de reclamações

Sudameris, HSBC e ABN Amro Real lideraram a lista de reclamações feitas pelos consumidores de serviços bancários, em janeiro, último mês pesquisado pela central de atendimento do Banco Central.

O conglomerado financeiro Sudameris não estava no grupo de dez instituições mais reclamadas em dezembro passado. Mas o HSBC Bank Brasil figura em

segundo lugar pelo segundo mês consecutivo. O ABN Amro Real, que estava em sexto em dezembro de 2002, alcançou a terceira colocação em janeiro.

As reclamações mais comuns dos clientes dizem respeito a problemas como filas, dificuldades no recebimento de documentos ou informações e o preço de tarifas cobradas.

Caixa reconhece CNB/CUT como negociadora

A nova direção da Caixa Econômica Federal reconhece a CNB/CUT como representação dos sindicatos filiados nas negociações, que até agora vinham sendo feitas apenas com a Contec. No dia 12, a Comissão de Empresa dos Empregados da Caixa e a CNB/CUT apresentaram os principais problemas herdados da gestão anterior. Entre eles estão as questões pendentes na Justiça relacionadas à Funcef e à terceirização, a revogação da RH 008 (para que não haja mais demissões sem justa causa), revisão das condições de trabalho ligadas ao assédio moral e respeito à jornada de trabalho. A CEE Caixa busca ainda o diálogo para que o projeto de assistência médica seja revisto e para que os diversos planos de cargos e salários sejam unificados.

Eleições para delegados do Banrisul encerram dia 31

As eleições para delegado sindical do Banrisul devem acontecer até 31 de março. No nosso sindicato, a eleição acontece nos dias 25, 26 e 27. Para participar do pleito basta ser sindicalizado. A estabilidade do mandato é de um ano e se prolonga por mais dois anos. O voto é individual, direto e secreto. A posse é imediata. Os novos delegados deverão ser conhecidos na Assembleia Nacional dos Banrisulenses, no dia 12 de abril.

Novos Convênios

Vinicius Weissheimer Ribeiro
(cirurgia plástica)

Desconto de 50% nas consultas e pagamento parcelado de cirurgias.
Rua Garibaldi, 476, sala 301
Centro Médico Pasteur - Caxias do Sul
Fone: 214.3573

Cíntia Schaeffer

Desconto de 50% nas consultas.
Rua Garibaldi, 476, sala 305
Centro Médico Pasteur - Caxias do Sul
Fone: 214.3573

PRGC Comércio de Produtos Auditivos

Desconto de 20% nas compras a vista e de 5% nas compras a prazo.
Rua Bento Gonçalves, 2169, sala 72 - Caxias do Sul
Fone: 221.1660

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Ploneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Voz do Bancário

Reforma da Previdência: um desafio que vai além da extinção de privilégios

Com a volta das discussões em torno da reforma da Previdência, a mídia retoma temas como aposentadorias especiais, privilégios dos servidores públicos e déficit, na maioria das vezes, dando a falsa impressão de que o desafio previdenciário se resume a uma equação de financiamento. Pautar a Reforma da Previdência pela extinção de privilégios, em especial no regime dos servidores públicos, no entanto, é não ir a fundo nas verdadeiras causas do problema, que envolve não apenas aspectos financeiros, mas também gerenciais, jurídicos e, sobretudo, políticos.

No quadro atual, mesmo somadas todas as despesas do regime geral de previdência social - RGPS - e dos regimes próprios dos servidores federais civis e militares, e todas as despesas com saúde e assistência social, a União ainda tem saldo de caixa positivo, podendo dar-se ao luxo de destinar receitas da seguridade social, originalmente vinculadas às suas despesas, para outras finalidades.

Isso ajuda a produzir os "superávits primários" acordados com o Fundo Monetário Internacional e cuja destinação é, essencialmente, o pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Ou seja, enquanto os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada vivem toda sorte de dificuldades com o arrocho salarial, a ameaça de direitos e o desemprego, os bancos que ajudam a dar voz àqueles que acusam os servidores públicos de privilegiados exibem, a cada ano, lucros crescentes. Durante a era FHC, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido dessas instituições cresceu a uma média de 20% ao ano.

No ano de 2002, o governo deixou de alocar R\$36 bilhões para programas de saúde, assistência social e previdência, a título de fabricar saldo primário para honrar compromissos com credores do FMI. A Seguridade Social vem se transformando, portanto, em grande âncora do ajuste fiscal do governo. Os juros e os encargos da dívida previstos na lei orçamentária de 2003 são da ordem de R\$ 93,644 bilhões, superior aos R\$92,110 bilhões destinados ao pagamento total de benefícios do INSS em 2002, ou seja, a milhões de pessoas em todo o Brasil.

Resta saber, até o onde o governo Lula conseguirá conduzir a reforma, conciliando os compromissos já firmados com o FMI e o compromisso com a classe trabalhadora.

Bancos devem quase R\$200 milhões à Previdência

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou, em fevereiro, 53 instituições financeiras a devolver R\$147 milhões ao INSS. O valor é de 30 de abril de 2000 e, de acordo com correção do INPC, até 31 de janeiro último chegaria a R\$198 milhões. A dívida está relacionada à cobrança indevida de correção monetária nos meses de novembro e dezembro de 1991.

As instituições financeiras Bradesco, Itaú, Unibanco, Banco Real (atualmente ABN Amro Real), Bamerindus (hoje HSBC), Safra, Banco do Brasil, Caixa Federal, Nossa Caixa, Banespa (Santander Banespa), entre outras, estão sendo acusadas de cobrar indevidamente do INSS a correção monetária incidente sobre "a diferença verificada entre o valor total dos benefícios pagos e o valor total das contribuições arrecadadas pela rede bancária credenciada, apuradas entre a data da operação nas instituições financeiras e a data do acerto de contas".

Na decisão, o TCU destaca ainda que a operação surgiu no momento em que o governo baixou, de nove para dois dias úteis, o prazo que os bancos tinham para repassar aos cofres do INSS os recursos que arrecadavam com recolhimento previdenciário depositados pelos empregadores.

Os banqueiros arranjaram, então, um jeitinho de compensar o "prejuízo". Quando o volume de benefícios que pagavam aos segurados num determinado dia era maior que o volume arrecadado, os bancos cobravam correção monetária do INSS. Por exemplo, se pagavam um milhão em benefícios e, nesse dia, só recolhiam 700 mil, cobravam a correção desses 300 mil pela extinta Taxa Referencial Diária (TRD) até o INSS cobrir a diferença. É essa cobrança de correção monetária que o TCU julgou ilegal e que está determinando que os bancos devolvam ao órgão.

Os cinco brasileiros mais ricos do mundo são todos banqueiros

Reflexo do alto índice de desigualdade social, brasileiros também estão presentes na lista dos mais ricos do mundo, elaborada e divulgada todos os anos pela revista norte-americana Forbes. Eles são cinco, todos banqueiros:

Joseph e Moise Safra - donos do banco Safra e sócios da BellSouth na operadora de telefonia celular BCP - em 92º lugar, com patrimônio de US\$ 3,6 bilhões.

Aloysio de Andrade Faria - fundador do banco Real, que foi vendido em 1998 para o ABN Amro, hoje dono do banco Alfa, entre outros negócios, em 132º posição, com patrimônio de US\$ 2,7 bilhões.

Julio Bozano - dono do banco Bozano Simonsen, vendido para o Santander em 2000 - em 348º posição, com patrimônio de US\$ 1,2 bilhão.

Lily Safra - viúva de Edmond Safra, cunhada de Joseph e Moise, em 427º lugar, com patrimônio de US\$1 bilhão.

Inicia mais um Campeonato de Futebol Sete

No sábado, 15 de março, teve início na sede campestre do Sindicato mais um Campeonato de Futebol Sete. Participam do campeonato seis times:

Banespa/ Santander, Bradesco, Itaú/BIC, Real/BBV/Unibanco/CEF, Banco do Brasil, BCN/Rural/Safra. Os jogos acontecem sempre nos finais de semana. Participe! Reúna os colegas, a família e vá dar um força para o seu time preferido.

Resultados da 1ª rodada:

Banespa/Santander 1 X 5 Bradesco
Itaú/BIC 3 X 5 Real/BBV/Unibanco/CEF
Banco do Brasil 4 X 4 BCN/Rural/Safra (*)

(*) BCN venceu nos pênaltis e ganhou mais um ponto

Juros altos garantem, mais uma vez, lucro bilionário aos bancos

O setor bancário, mais um vez, saiu ganhando com a instabilidade que marcou a economia no ano passado. A elevação das taxas de juros, que inferniza a vida da sociedade brasileira, faz a festa do setor financeiro. O lucro líquido consolidado do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Unibanco e ABN Amro/Real pulou de R\$ 9,307 bilhões, em 2001, para R\$16,103 bilhões em 2002, o que representou um avanço de 73%. Nenhum outro setor da economia obteve resultados tão positivos.

Segundo estudo da ABM Consulting, citado em matéria do jornal O Globo, a

participação das aplicações em papéis do governo (que seguem os juros ou a variação do dólar) passou de 27% para 35% das receitas totais dessas instituições. Em valores absolutos, a receita obtida com títulos e valores mobiliários desses bancos aumentou de R\$ 28,240 bilhões para R\$ 57,332 bilhões. Entre os bancos privados citados acima, o maior crescimento é o do Itaú, em que 38% das receitas vieram da aplicação em papéis do governo. No Bradesco, essa participação chegou a 36% pelo balanço de 2002 e no Unibanco, a 34%.

Brasil: paraíso dos banqueiros

Os banqueiros lucram no Brasil mais do que em qualquer lugar do mundo. A desvalorização do real que este ano chega a 61,6% e a cotação do dólar, que se mantém em alta, rendem aos bancos estrangeiros de R\$22 a R\$56 em cada R\$100 investidos no país. Também contribuíram para a triplicação dos lucros dos bancos estrangeiros os altos juros bancários e as tarifas que dispararam neste ano.

A rentabilidade do Santander Banespa, por exemplo, é de 56% no Brasil, enquanto no mundo é de apenas 12%. Mas, o paraíso dos banqueiros é sustentado pela fome dos brasileiros. (Veja o box abaixo)

Lucro dos bancos em 2002

Santander/Banespa.....	R\$ 2,800 bilhões
Itaú.....	R\$ 2,377 bilhões
Banco do Brasil.....	R\$ 2,028 bilhões
Bradesco.....	R\$ 2,022 bilhões
ABN-AMRO/Real.....	R\$ 1,208 bilhão
Caixa Econômica Federal.....	R\$ 1,081 bilhão
Unibanco.....	R\$ 1,010 bilhão
Banrisul.....	R\$ 149,7 milhões

Combate as L.E.R./D.O.R.T.



Exigências cada vez maiores para o aumento da produtividade estão transformando o trabalho em fonte de adoecimento. No dia 28 de fevereiro, vários sindicatos e outras entidades de todo o país comemoraram o Dia Mundial de Combate as L.E.R./D.O.R.T., ressaltando que o trabalho deve ser fonte de prazer e dignidade. Não sofra em silêncio! Caso você tenha algum sintoma, procure o médico e busque apoio no Sindicato.

A lógica da especulação

O economista e professor da PUC/SP, Ladislau Dowbor, explica na edição de janeiro da Revista Caros Amigos, como funciona a lógica de especulação, onde os bancos lucram:

"Se você é um pequeno poupador como eu, o dinheiro que você aplicou no banco lhe rende cerca de 10% ao ano. O banco aplica esse dinheiro em títulos do governo, a 22%. O governo, por sua vez, remunera esse título com dinheiro público, ou seja, com os seus impostos. Como 22% menos 10% são 12%, você está remunerando o banco via governo e por meio do imposto, com 12% ao ano para que ele tenha o seu dinheiro".

Já, os empréstimos concedidos aos produtores no Brasil são feitos a 30%, enquanto na Europa e nos Estados Unidos os financiamentos a essa categoria ficam em torno de 2 ou 3%. "O produtor fica inviabilizado, muitos descobrem que brincar na ciranda rende mais do que produzir e reorientam o seu perfil de atividades para as atividades especulativas", resalta Dowbor. Por outro lado, como grande parte da remuneração dos trabalhadores é transformada em intermediação financeira, o consumo da população, que deveria dinamizar as atividades econômicas do país, é esterilizado.

A liberalização dos fluxos de capital, que deveria, teoricamente, canalizar fundos para seus usos mais produtivos, leva à drenagem dos recursos para fins especulativos, e leva cada vez mais as empresas a buscarem o autofinanciamento, gerando um feudalismo financeiro em que cada um busca a auto-suficiência, perdendo-se justamente a capacidade de as poupanças de uns irrigarem os investimentos dos outros. O efeito é rigorosamente o inverso do previsto, mas rigorosamente coerente aos interesses da especulação".

O resultado? Enquanto o país segue pagando os especuladores internos e internacionais, 54 milhões de brasileiros, ou 32,1% da população, vivem com menos de meio salário mínimo por mês. Os dados são do IBGE e Fundo de População das Nações Unidas.

FAÇA ALGUMA COISA PELA PAZ!

**QUEM
PENSA
NÃO**



BOICOTE PRODUTOS AMERICANOS

Nem o Conselho das Nações Unidas, nem os protestos dos povos conseguiram conter a ânsia imperialista que domina o governo estadunidense. Mas, se o apelo democrático e humanitário não abalou a superpotência, é hora de cada cidadão do mundo fazer uso do seu poder de compra, boicotando os produtos americanos. Se usada em escala global, esta "arma" pode sim minar a base de sustentação da arrogância norte-americana: sua economia.

Seja você também um

soldado da paz. Adote o boicote. Avalie, dentre os produtos que você consome regularmente, quais podem ser substituídos por similares nacionais ou de países contrários ao ataque. Trocar os programas do computador pode ser um pouco complicado, mas substituir a coca-cola por bebidas nacionais, o Mc Donald pelos melhores X da cidade, os postos Esso, Shell e Texaco por um Ipiranga ou Petrobrás, pode ser bem mais fácil. Confira ao lado, algumas marcas pertencentes a empresas americanas:

Diga NÃO a essas marcas

Alimentação

Kellogs, Quaker Oats, Kraft, Uncle Bens, Nabisco, Ruffles, Campbell Soap, Tang, Snacks.

Bebidas

Coca-Cola, Fanta, Sprite, Pepsi, Lipton, Kuat, Gatorade, Mirinda, NutraSweet, Budweiser, Bacardi, Jack Daniels.

Produtos de Higiene e Beleza

Colgate, Palmolive, Oral-B, Gillette, Listerine, Sensodyne, Pantene ProV, Avon, Neutrogena, Revlon, Kleenex, Tampax, Carfree, Serena, Head & Shoulders, Pampers.

Fast Food

MacDonald's, Pizza Hut.

Rações para Cães e Gatos

Wiskas, Pedigree, Eukanuba, Champion.

Limpeza

Ariel, Ajax, Scotch Brite, Scohtgard, Clorox, Raid.

Tabaco

Philip Morris, Marlboro, L&M, Lucky Strike, Camel.

Moda

Levi's, Wrangler, Lee, Timberland, Nike, Reebok, Calvin Klein, Quicksilver, Caterpillar, Polo, Ralph Lauren, Dockers, Hush, Puppies, Lycra, Converse.

Tranportes

Esso, Texaco, Mobil, Ford, General Motors, Chevrolet, Goodyear, Firestone, Dunlop, Goodrich, Fed Ex, DHL, Hertz.

Eletro

Kodak Polaroid, General Electrics, Duracell, Energizer, Eveready, Varta, Whirlpool, Black & Decker, De Walt, Braun, Motorola.

Computadores

Dell, Hewlett-Packard, Compaq, IBM, Apple, Microsoft, Windwos, Intel, AMD, AT&T.

Escritório

Xerox, Parker, 3 M, Scoth, Uniball, Pilot, Papermate.

Finanças

Citybank, Bank Boston, Visa, Master Card, American Express, Diners Club.

Remédios

Merck, Johnson & Johnson, Pfizer, Wick, Herbalife, Dr. Scholl, AcuVue, Zovirax, Abbott Laboratories, Bristol-Myers Squibb, Schering Plough, GlaxoSmithkline, Eli Lilly & Co. Pharmacia & Upjohn, American Home Products, Procter & Gamble, Warner Lambert Co.

Internet

Altavista, Hotmail, Yahoo, AOL.

Caixa revoga normativo da RH 008 POR UMA CAIXA DECENTE



A direção da Caixa Econômica Federal aceitou o pedido de revogação imediata da RH 008, norma que permite a demissão de empregados sem justa causa, feito pela CNB/CUT e CEE/Caixa nas negociações iniciadas no dia 12 de março. A decisão, revelada no dia 9, em reunião de negociação realizada em Brasília, é um passo importante rumo à solução dos problemas enfrentados pelos empregados.

"A RH 008 gerou problemas graves e a Caixa, hoje, reconhece que a medida foi um equívoco. Dentro do estatuto, a autonomia para demissões é do presidente da empresa, que será delegada à Diretoria de Recursos Humanos", observou Luiz Otávio Cuiabano, gerente nacional de Relações Trabalhistas e Previdência e coordenador da comissão de negociação da Caixa.

A CNB/CUT cobrou da empresa a imediata reintegração de todos os demitidos pela RH 008. A reivindicação foi descartada pelos representantes da Caixa. O assunto, no entanto, voltará a ser discutido em nova rodada de negociação, marcada para 23 de abril.

Confira abaixo os demais pontos discutidos no encontro:

Saúde

A Caixa concorda com a formação de grupos de trabalho para discutir, especificamente, Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva), PRT (Programa de Readaptação ao Trabalho) e RH 025, que determina regras para a revisão das licenças médicas. Esses grupos serão paritários, compostos por três representantes de cada lado.

PRX

A CNB/CUT, depois de esclarecer que o assunto não estava em pauta na reunião, voltou a defender a aplicação da Convenção Coletiva Nacional da categoria bancária, que prevê critérios para a distribuição dos lucros. A Caixa, em resposta, comunicou que ainda não possui proposta definida sobre o tema. O assunto voltará a ser discutido na próxima rodada de negociação.

RH 002

A CNB/CUT voltou a solicitar a alteração da norma sobre demissão em estágio probatório, principalmente com relação à sistemática de avaliação (a cargo de uma única pessoa) e direito de defesa, hoje inexistente. A empresa propõe fazer curso de integração de três dias ao novo empregado, ao mesmo tempo em que aceita a seguinte sistemática de avaliação: no prazo de 90 dias, período em que o empregado estará em experiência, haverá

duas avaliações - a primeira em 30 dias, e a segunda, em 75 dias. A revisão das demissões já efetuadas, como a que ocorreu recentemente na Bahia, não foi aprovada pela diretoria da Caixa. A questão voltará a ser discutida na reunião de 23 de abril.

Organização do movimento

Sobre o reconhecimento dos delegados sindicais, a Caixa informou que ainda não há uma discussão acumulada na diretoria da empresa sobre esse assunto, que será retomado na próxima rodada. Quanto à liberação das Apcefs, a empresa argumentou que há restrições por parte do TCU (Tribunal de Contas da União) e que o assunto também retornará para debate.

A proposta da Caixa de liberação de dirigentes sindicais foi considerada insuficiente pela CNB/CUT, devendo retornar na próxima reunião.

Outros temas

A CNB/CUT apresentou outros três temas para serem debatidos dentro do princípio da negociação permanente: revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários) - incluindo a discussão da discriminação aos técnicos bancários, terceirização e avaliadores de penhor. Esses temas passarão a fazer parte das negociações a partir da reunião de 23 de abril.

Incorporação do Mercapaulo/Finasa ao Bradesco fecha agências no RS

Com a incorporação do Mercapaulo/Finasa ao Bradesco, as agências do Mercapaulo de Bento Gonçalves, Passo Fundo, Erechim, Pelotas e São Leopoldo serão fechadas, sendo incorporadas pelas agências centro de cada cidade. A agência de Caxias do Sul, atualmente em reforma, será mantida, mas levará o nome Bradesco, assim como as agências do Mercapaulo de Novo Hamburgo e Santa Maria. A novidade tem gerado apreensão entre os funcionários dos bancos comprados, especialmente aqueles lotados nas agências destinadas ao fechamento.

Em encontro realizado nos dias 26 e 27 de março, em São Paulo, as COEs Mercapaulo, BCN, BBV e Bradesco, BCN decidiram elaborar um jornal nacional informando as deliberações dos funcionários dos bancos comprados pelo Bradesco. O principal alvo destas deliberações é a garantia de emprego. Questões como a do plano de saúde, auxílio educação e isenção das tarifas bancárias aos funcionários também estarão contempladas.

Sindicato participa do 10º Cecut e 8º Concut

Conjuntura internacional e nacional, as reformas em curso - Previdência, Tributária e Fiscal, Agrária e Sindical - e o papel da CUT frente ao governo Lula estão entre os principais temas de discussão do 10º Cecut Congresso Estadual da CUT, que se realiza nos dias 25, 26 e 27 de abril, no hotel Fazenda Figueiras, na praia de Mariluz, e do 8º Concut - Congresso Nacional da CUT que se realiza de 27 a 31 de maio, em São Paulo. Nosso Sindicato estará representado por quatro delegados no Cecut e 1 delegado no Concut, todos definidos em assembléia realizada no dia três de abril.



Banrisulenses elegem novos delegados sindicais

Nos dias 25, 26 e 27 de março, nosso Sindicato realizou eleições para definir os novos delegados sindicais do Banrisul da região da serra. Foram eleitos Áurea L. Marques Filha, da Agência Ana Rech, Mauro Antônio Polidoro, da Agência Flores da Cunha, e Marcio Roberto Winyert, de Gramado. Os novos delegados têm mandato de um ano, período em que deverão participar ativamente das lutas em defesa do Banrisul e dos direitos dos funcionários.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
- Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcx@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Brasil tem segunda maior carga tributária sobre salários

Além de sofrer as consequências de uma carga que alcança 41,7% dos salários, os trabalhadores brasileiros que ganham menos pagam mais imposto sobre o que consomem.

A carga tributária que incide sobre os salários dos trabalhadores brasileiros é de 41,7%, a segunda maior de um ranking de 26 países. Só perde para a da Dinamarca, onde os impostos sobre os salários chegam a 43,1%. A constatação foi feita pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), que considerou os tributos pagos pelo empregado (Imposto de Renda e INSS) e pelo empregador (INSS, FGTS, sistema S, salário educação etc.).

O estudo realizado pelo IBPT constata também que, além de uma carga alta, os tributos incidentes sobre os salários são crescentes. Em 2000, eles correspondiam a 40,89%, menos que os 41,7% atuais. Na Bélgica e na Alemanha, esse percentual é de cerca de 41%. Na Finlândia e na

Polônia, de 31%. Na Argentina, de 25,7%. No México, de 9,1%.

O estudo do IBPT mostra ainda que as distorções tributárias não param por aí e que, no Brasil, quem ganha menos paga mais imposto. Quem recebe até dois salários mínimos paga em média 24,25% de tributos sobre o que consome. Esse percentual vai diminuindo na medida em que o salário sobe. Quem ganha acima de 50 salários mínimos paga 17,11%. Os impostos aqui considerados são ICMS, IPI, ISS, PIS e CPMF sobre os produtos.

Em alguns itens, o percentual de imposto pago pelo consumidor brasileiro chega a índices absurdos. No caso do fumo alcança 87,91%. Nos produtos de higiene pessoal, a 59,57%. No vestuário, 30,75% e na alimentação e habitação, 21%.

Injustiça no consumo

O percentual de 21,75% de tributos sobre a alimentação é o mais alto do mundo. Nos produtos da cesta básica, a média entre os países pesquisados é de 8%. No Brasil, é de 18%. "Esse quadro é assombroso. Classes de menor poder aquisitivo pagam imposto de países de Primeiro Mundo. Já os mais ricos pagam imposto de paraíso fiscal", avalia o coordenador do estudo Gilberto Luiz do Amaral, em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo.

Os tributos sobre bens e serviços representam 48,32% da arrecadação tributária brasileira, que foi de R\$ 476,5 bilhões no ano passado. Os tributos sobre os salários representaram 27,42%; capital e demais rendas, 16,48%;

patrimônio, 3,41% e comércio exterior, 1,67%.

A tributação sobre bens, serviços e salários corresponde a 75,7% de toda a arrecadação fiscal brasileira. "Isso quer dizer que a renda e o consumo estão comprometidos. Isso explica a concentração de renda no país. O pior é que essa injustiça tributária só piora no Brasil", afirma Amaral.

Segundo ele, se a carga tributária incidente sobre os salários caísse de 41,7% para 30% e sobre o faturamento das empresas caísse dos atuais 33,05% para 25%, pelo menos 10 milhões de trabalhadores sairiam da informalidade. Para fazer a radiografia da tributação no país, o IBPT utilizou dados da Receita, da Caixa Econômica Federal, do Confaz, de associações de municípios e do IBGE.

Aumenta o achatamento salarial

Enquanto, em 2001, cerca de 64% das categorias analisadas conquistaram reajustes salariais iguais ou acima da inflação, no ano passado, apenas 54,7% das negociações coletivas de trabalho resultaram em reajustes salariais equivalentes ou superiores à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE).

Os dados, levantados pelo Dieese Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos mostra que a situação atual é semelhante à registrada em 1997, quando 55% das categorias conquistaram reajustes iguais ou superiores ao INPC. As perdas maiores, no entanto, ocorreram em 1999, quando apenas 50% dos trabalhadores repuseram as perdas

inflacionárias. Nos demais anos, os resultados obtidos foram: 1996, 60%; 1998, 65% e 2000, 67%.

Os abonos salariais também mantiveram a tendência de queda iniciada no ano anterior. Das 499 categorias profissionais pesquisadas em 2002, apenas 62 asseguraram o abono. A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, em mais da metade dos casos o abono salarial serviu como forma de compensar reajustes inferiores ao índice de preços. Algumas empresas também adotaram o parcelamento dos reajustes salariais. Do total pesquisado, 36 categorias profissionais parcelaram seus reajustes salariais, de forma a incorporá-los aos salários entre a data-base e os meses subsequentes.

BCN/Rural/Safrá lidera Campeonato de Futebol Sete

O campeonato de Futebol sete, iniciado no dia 15, realizou no dia 12 sua terceira rodada de jogos. Mais duas rodadas antecedem a final, mas até o momento que está à frente é a equipe BCN/Rural/Safrá. Confira abaixo, a pontuação das equipes:

Equipes	Pontos
BCN/Rural/Safrá	6
Bradesco	8
Real/BBV/Unibanco	4
BB	6
Itaú/BIC	3
Banespa/Santander	0



Nossos colegas também dão show de bola. Venha torcer por sua equipe. Os jogos acontecem sempre aos sábados, na sede campestre.

Novos Convênios

MGF Ramos (cursos profissionais)

Desconto de 10% nos serviços prestados na escola.

Rua Flores da Cunha, 1919 - centro

Caxias do Sul, RS

Fone: 215.2750

Restaurante Sunsider's

Desconto de 5% para diarista e de 8% para mensalista.

Rua Garibaldi, 789, 2º andar - Ed. Estrela

Caxias do Sul, RS

Fone: 223.3608

Caxienses aderem às manifestações mundiais pela Paz

Mais de mil pessoas participaram da caminhada que saiu do Largo de São Pelegrino e culminou no parque dos Macaquinhos, no domingo, dia 13

Foto: Mário André

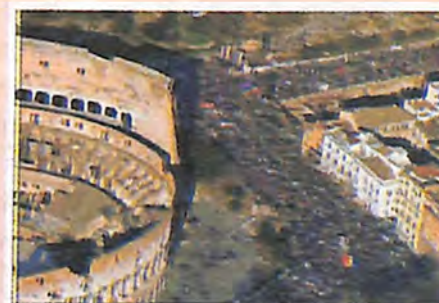


O ato de Caxias do Sul é mais um entre os milhares já realizados ao redor do mundo antes e durante a invasão norte-americana. Diferentemente da Guerra do Golfo ou do Afeganistão, desta vez a prepotência do governo Bush despertou sentimentos de perplexidade e indignação nas pessoas de todos os continentes, das grandes capitais às menores cidades. Uma indignação que se expressa nas ruas e se traduz num grande movimento em defesa da paz, cujos efeitos podem ser mais amplos do que o esperado. Para o governo Bush, a investida contra o Iraque pode significar vitória, mas os Estados Unidos e o estilo de vida americano não sairão ilesos diante

da opinião pública mundial.

"Esta guerra pode abrir, muito mais cedo que se poderia supor, um espaço para um mundo multilateral, mais além do unilateralismo norte-americano conforme os graus de desgaste e, principalmente, segundo a capacidade de articulação dos que se opõem à posição belicista norte-americana, especialmente entre governos europeus, como os da Alemanha e da França, e governos latino-americanos, como o do Brasil, além, eventualmente, da Rússia, da China e de outros que não somem automaticamente sob a hegemonia dos EUA", avalia o sociólogo Emir Sader.

Manifestações de 15 de fevereiro:



Roma - Itália



Londres - Inglaterra



Porto - Portugal



São Paulo - Brasil



Madrid - Espanha



Berlim - Alemanha

Roma: 2.5 milhões
Londres: 1.5 milhão
Barcelona: 1 milhão
Madrid: 1 milhão
Paris: 800 mil
Nova York: 500 mil
Berlim: 500 mil
Sevilha: 250 mil
Melbourne: 200 mil
Atenas: 200 mil

Montreal: 150 mil
Dublim: 100 mil
Bruxelas: 100 mil
Lisboa: +80 mil
Amsterdan: 80 mil
Toronto: 80 mil
Estocolmo: 80 mil
Los Angeles: 75-100 mil
Oslo: 60 mil
Seattle: 55 mil

Montevideo: 50 mil
Copenhague: 35-40 mil
São Paulo: 30 mil
Tóquio: 25 mil
Budapest: 20 mil
Viena: 20 mil
Perth, Austrália: 20 mil
Luxemburgo: 15-20 mil
Buenos Aires: 15 mil
Rio de Janeiro: 15 mil

67
anos

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Ano 19 - Nº 117 - Maio 2003

Filiado à **CUT** Brasil

Bancários querem reajuste já

As perdas acumuladas desde setembro do ano passado chegam a 15% e a campanha emergencial já é consenso entre as entidades representativas dos bancários. O planejamento da luta para antecipar a reposição será feito em seminário, marcado para os dias 20 e 21, em São Paulo, que definirá eixo, mote e datas da campanha. A Confederação Nacional dos Bancários já está preparando a carta que enviará à Fenaban, solicitando a antecipação das negociações, além de um jornal para o lançamento da campanha.

"Não existe nenhuma desculpa para os banqueiros negarem os 15% de reajuste que seus empregados querem", afirma o presidente da Confederação Vagner Freitas, referindo-se ao aumento do lucro dos bancos. Juntos, Bradesco, Itaú e Santander / Banespa lucraram R\$ 2,05 bilhões no primeiro trimestre. O Itaú registrou lucro líquido de R\$ 714 milhões, 41,6% acima do obtido em igual período do ano passado, enquanto o lucro líquido do Bradesco foi de R\$ 507,601 milhões, um resultado 19,38% superior ao de igual período do



ano passado.

Com a campanha emergencial, o movimento sindical já começa organizar também a campanha salarial 2003. As articulações com o funcionalismo do BB e da CEF estão em andamento, com o

debate em torno da unificação da mesa de negociações e liberação de dirigentes sindicais da CEF. Os sindicatos terão o período entre os dias 22 de maio e 6 de julho para realizar as assembleias e conferências com os bancários da base.

Dias 20, 21 e 22 têm eleições para diretoria do Sindicato

Você pode votar na sede do Sindicato ou em sua agência, mas não deixe de participar. Sua presença é importante não só para o voto que elegerá a diretoria do Sindicato para o próximo triênio, como para fortalecer o movimento, comunicando irregularidades, dando sustentação às assembleias, às mobilizações. A força do

sindicato é proporcional à participação da categoria. A eleição tem uma chapa inscrita, "Movimento e Luta", cujo compromisso é organizar e mobilizar os bancários em defesa do emprego, de melhores salários e condições de trabalho, denunciando aos órgãos competentes a violação dos direitos trabalhistas.

Negociação avança na Caixa

A CEF acertou de forma transitória a liberação de 60 dirigentes sindicais com ônus para a empresa. Os critérios serão definidos pela CNB/CUT. A forma definitiva deverá ser acertada por ocasião da assinatura do acordo coletivo. O banco também aceitou a argumentação do movimento sindical sobre a importância da eleição de delegados sindicais, mas não chegou a apontar os caminhos para oficialização do pleito.

Entre as boas novas, também está a constituição de um grupo de trabalho que irá formular propostas para a área de saúde. O GT é composto por três representantes da Caixa, três representantes dos empregados e um representante da Fenacef, entidade representativa dos aposentados.

Um outro grupo, vai estudar alterações no Plano de Cargos e Salários. Tão logo esse GT tenha um parecer, o banco convocará negociação para apresentá-lo e receber sugestões do movimento sindical. Outro avanço da negociação foi a definição da criação, na rede de comunicação interna da Caixa de um

link para o movimento sindical. O objetivo é proporcionar ao empregado acesso direto às informações das entidades sindicais.

Eleição de delegados é prioridade

No decorrer dos últimos anos, a Caixa Econômica Federal desrespeitou as instâncias representativas dos empregados e buscou enfraquecer as entidades sindicais e associativas Brasil afora, financeira e politicamente. A organização dos trabalhadores da Caixa passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos sindicatos, das Apcefs e da Fenaef. Nesse contexto, o reconhecimento dos delegados sindicais é essencial e vem constituindo-se numa das prioridades das rodadas permanentes entre a CNB/CUT, assessorada pela CEE/Caixa, e a direção da empresa. Cabe ao delegado sindical a função auxiliar na organização dos sindicatos, exigindo o respeito aos direitos dos empregados e evitando que a empresa e seus administradores exorbitem de suas funções, em prejuízo dos trabalhadores.

Banrisul anuncia promoções



Anúncio foi feito em reunião da diretoria com o Comando dos Funcionários do Banrisul, FEEB/RS e Sindicato de POA

A diretoria do banco anunciou a promoção de 3.209 funcionários, por antiguidade e merecimento. A promoção é referente a 2002 e deve ser paga na folha deste mês. O superintendente de Gestão de Pessoas, Ademar Sartori, anunciou também a criação imediata de uma comissão de promoções com cinco membros titulares e cinco suplentes, todos funcionários do banco. A comissão irá esclarecer dúvidas, avaliar recursos e possíveis empates.

Cartão Alimentação

Sartori anunciou ainda a realização de uma pesquisa individualizada durante o mês de maio sobre o termo de adesão ao novo cartão

magnético de alimentação, conforme exigência da Associação Gaúcha de Supermercados. O Banco pretende implementar o cartão a partir de 25 de junho. Na pesquisa, o banco questionará se os banrisulenses estão de acordo em receber o cheque-rancho (cesta alimentação) através do cartão magnético. A consulta também vai apurar se os funcionários concordam em ter a opção de receber os tickets-refeição, metade em papel e a outra parte no cartão.

De acordo com o diretor da Federação, Carlos Augusto Rocha, a intenção do Comando e das Entidades Sindicais é amenizar eventuais prejuízos que os banrisulenses de pequenas comunidades certamente terão até que o novo sistema eletrônico se consagre. Uma das razões é o elevado custo do aluguel das máquinas. "Estamos correndo o risco de voltarmos à época da implantação dos tickets, quando grande parte dos trabalhadores do interior tinham que se deslocar até centros maiores para utilizarem o valor recebido e fugirem do ágio", enfatizou.

Federação comemora 60 anos

Seminários, jantar e exposição marcaram as comemorações de aniversário da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul - FEEB/RS, que completou 60 anos no dia 1º de maio.

As atividades tiveram início no dia 28 de abril, com a palestra do professor da Economia da UFRGS, Carlos Schmitz, sobre a reforma da previdência. No dia 29, o assessor econômico da

Confederação Nacional dos Bancários, Carlos Eduardo Carvalho, abordou o conteúdo do Artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro. E no mesmo dia, à noite, foi realizado um jantar-baile no CTG Estância da Azenha, em Porto Alegre. No dia 30, foi a vez do Sistema Diretivo da Federação, que congrega dirigentes sindicais de todo o Estado, comemorar a data.

Previ completa 99 anos

Criada em 16 de abril de 1904, antes mesmo do surgimento da previdência oficial no Brasil, a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, completou 99 anos. A Previ tem cerca de 121 mil participantes, dos quais 71 mil são associados ativos e 50 mil aposentados. O benefício médio de aposentadoria pago pela Previ é equivalente a R\$ 3.500,00, enquanto o de pensão corresponde a R\$ 2.070,00.

Comparando com os valores pagos pelo INSS, a Previ é responsável por 72,42% do valor recebido mensalmente por aposentados e pensionistas.

Maior fundo de pensão da América Latina, a Previ detém recursos da ordem de R\$ 43 bilhões, que estão aplicados em investimentos de Renda Variável (58,21%), Renda Fixa (28,54%), Operações com participantes (7,75%) e Imobiliários (5,50%).

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial:
Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

BB anuncia ponto eletrônico para comissionados

O banco anunciou também a criação de três mil cargos novos e mostra disposição para resolver antigas reivindicações do funcionalismo

As últimas negociações entre a Comissão de Empresa e os representantes do banco revelam avanços. Além de estender o ponto eletrônico para os comissionados, a direção do banco disse que vai rever a dotação das agências e iniciar estudos para rever PCS e PCC. Concordeu em formar grupos de trabalho para debater Cassi e Previ e se comprometeu a estabelecer negociações permanentes para resolver toda a pauta apresentada pela Comissão de Empresa.

Ponto eletrônico: a implantação do ponto eletrônico para os comissionados será feita de forma gradual, pois depende de acertos técnicos da área de sistemas do banco. Começará por agências piloto, se estendendo às demais unidades, tal como ocorreu com o ponto eletrônico para caixas e postos efetivos.

Essas medidas começam a resolver a gravíssima situação de extrapolação da jornada de trabalho e das horas extras gratuitas no Banco do Brasil. No entanto, a implantação do ponto eletrônico para os comissionados só será eficiente com a revisão da dotação das agências e o combate à fraude no ponto eletrônico, reconhecida pelo próprio banco.

Dotação: a Comissão de Empresa ficou de fazer uma pesquisa junto às agências, para, com base nessa pesquisa, apresentar ao banco um parâmetro da dotação ideal e do número de contratações necessárias para todo o país. A Comissão de Empresa reivindicou

também que o número de estagiários fique limitado a 5% dos trabalhadores do banco e que seja posto fim à fraude na contratação.

Três mil novos cargos: o banco anunciou a criação de 3 mil cargos novos de gerentes de contas. Destes, 809 serão implantados de imediato e o restante até o final do ano, de acordo com o crescimento do número de clientes. Na avaliação do coordenador da Comissão de Empresa, José Ricardo Sasseron, a criação destes novos cargos irá regularizar a situação de muitos funcionários que já exercem o cargo, mas não recebem por isso.

PLR: com relação à PLR não houve avanços, pois o banco ainda não tinha uma contraproposta a apresentar. A Comissão de Empresa reafirmou ao banco que, além de aumentar os valores a serem distribuídos, é imprescindível, ainda a revisão dos critérios de pagamento, tornando a PLR universal, sem discriminação de segmentos dos funcionários.

CASSI e PREVI: ficou acertada a implantação de dois grupos de trabalho, com dois representantes do banco, dois da Comissão de Empresa e dois da Cassi ou da Previ, para debater as questões pendentes. Em relação à Previ, a Comissão de Empresa reivindica a recuperação do estatuto negociado em 1997, aumento do benefício mínimo e debates visando a implantação do PAI 45, como prioridades. As principais

pendências da Cassi a serem negociadas são a regularização dos recolhimentos do banco relativos aos novos funcionários (e a revisão das contribuições do banco), pagamento dos percentuais sobre os abonos, plano odontológico e reforma estatutária.

Representações dos funcionários: a Comissão de Empresa reivindicou, o restabelecimento dos delegados sindicais, a volta do Garef e a revisão do número de dirigentes sindicais liberados.

Programa de formação: o banco apresentou à Comissão de Empresa, programa de formação dirigido para postos efetivos, caixas executivos e comissionados que exercem atividades técnicas e operacionais. Estão disponibilizados R\$ 18 milhões para o programa, que será aplicado para os funcionários das agências. Serão compostos comitês em cada agência, para decidir como aplicar os recursos do programa, de acordo com orçamento atribuído a cada dependência. Serão eleitos funcionários para compor estes comitês, nos quais os representantes sindicais têm assento.

Dívidas de funcionários: o banco apresentou proposta para solucionar o endividamento dos funcionários para com o banco (cheque-ouro, CDC, cartão de crédito), conforme requisição da Comissão de Empresa. Pela proposta, o estoque da dívida e as novas dívidas serão pagos em até

36 meses, à taxa de juros de 2,9%, com comprometimento de no máximo 30% da renda líquida do funcionário com o pagamento das prestações. Caso as prestações excedam 36 meses, a dívida poderá ser paga em até 48 meses, à taxa de juros de 3,3%. Caso exceda os 48 meses, poderá ser paga em até 60 meses, à taxa de juros de 3,5%. Os casos dos funcionários que não puderam ser enquadrados nestas três modalidades - pouco mais de mil, segundo o banco - serão solucionados por forças-tarefa montadas nos estados, com representantes da GEPES, SUPER, GERIE e URR.

Estas condições valem também para aqueles que não estão inadimplentes ou que estejam pagando em dia suas dívidas que poderão aderir às novas condições, reduzindo automaticamente as taxas de juros incidentes. Mas não valem para funcionários aposentados. Para os funcionários que renegociarem sua dívida com prazo maior de 36 meses, os limites do cartão de crédito e do cheque-ouro serão reduzidos a R\$ 100, sendo gradativamente aumentados a cada seis prestações pagas. Para todos os funcionários, a taxa de juros do cheque-ouro será reduzida, automaticamente, de 7,5% para 5,5%. A Comissão de empresa avaliou como positivas as medidas, mas reivindicou algumas mudanças na proposta, entre as quais, a inclusão dos aposentados na proposta.

Superintendente estadual do BB diz estar aberto ao diálogo

Aumentar o número de clientes, aumentar os valores para os financiamentos agrícolas, incentivar o microcrédito e inserir novos clientes no sistema do banco. Estas foram as metas anunciadas pelo superintendente estadual do Banco do Brasil, Valmir Pedro Rossi, por ocasião da realização do Sistema Diretivo, na sede da

Federação dos Bancários. Ele se colocou a disposição da Federação e dos Sindicatos do Interior e disse estar aberto ao diálogo. Em todo o Estado administram o Banco mais oito superintendentes regionais. Rossi trabalhou anteriormente na superintendência do Pará e em mais seis estados.

Novos Convênios

Karen Slomp da Rocha Balen
(fonoaudióloga)
Rua Dr. Montauty, 1355, sala 605
Fone: 223.9094

MSD Educação Profissional (cursos)
Desconto de 15% sobre os valores da tabela vigente, extensivo a familiares devidamente identificados nos cursos avulsos e profissionalizantes, excetuando-se cursos técnicos.
Av. Júlio de Castilhos, 1348, sala 4 e 12
Fone: 223.2166

Febraban quer ampliar jornada do bancário

O presidente da Febraban, Gabriel Ferreira, propôs que o tema seja debatido no FNT - Fórum Nacional do Trabalho, que será criado ainda neste mês pelo governo federal para discutir a reforma trabalhista

Mesmo com os sucessivos recordes nos lucros, os bancos continuam insatisfeitos com a jornada de seis horas da categoria bancária e, enquanto não conseguem ampliar a jornada por meios legais, se utilizam de artifícios duvidosos para fazer valer a sua vontade.

Embora o artigo 224 da CLT seja claro ao estabelecer a jornada de seis horas diárias e trinta horas semanais para o bancário, há anos, os bancos se utilizam de artimanhas para burlar a lei. Dentre elas está a pré contratação de horas extras e a interposição fraudulenta de mão de obra, por meio da contratação de prestadoras de serviços, para desenvolver atividades tipicamente bancárias.

Além disso, os bancos abusam dos falsos comissionamentos. Ou seja, comissionam o bancário, mesmo que ele exerça

a função de escri-turário, em cargos com denominações pomposas, porém destituído de poder. Com isso, o trabalhador tem a sua jornada aumentada para oito horas diárias ou mais, deixando de receber horas extras.

Por meio desse artifício, os bancos elevaram para 60% o índice de comissionados nas agências.

O artifício dos bancos e a insistência destes em "legalizar" este artifício é lamentável, principalmente, diante dos lucros surpreendentes do setor. Além disso, não é coerente com a postura que os bancos mantêm na defesa de suas instituições. Ao mesmo tempo em que exigem tratamento diferenciado, querem para os bancários tratamento igual ao do conjunto dos trabalhadores, sem levar em conta as especificidades do

setor. Eles alegam que são um setor diferenciado e que por isso não devem se submeter às leis municipais e estaduais que dispõem sobre o funcionamento do comércio.

Recentemente, lançaram ampla campanha contra a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, exigindo um código específico. Além disso, não se submetem a vigilâncias de diversos órgãos públicos, só aceitando fiscalizações do Banco Central.

A jornada de seis horas do bancário é uma conquista da campanha nacional de 1932 e tem razão de ser. Embora o bancário trabalhe em ambientes limpos e saudáveis, ele está sujeito a situações estressantes fruto de manuseio de numerários, a ritmos intensos, a pressões para cumprimento de metas e, como se não bastasse, a práticas de

assédio moral. Com isso, a função pode ser considerada penosa e a jornada menor é uma forma de limitar a exposição do trabalhador a essas condições inadequadas.

Lucro líquido dos bancos no 1º trimestre:

Itaú:
R\$ 714 milhões

Bradesco:
R\$ 508 milhões

Caixa Econômica Federal:
R\$ 344 milhões (não oficial)

Santander/Banespa:
R\$ 828 milhões

Banco do Brasil:
R\$ 479 milhões

Unibanco:
R\$ 218 milhões

Fórum Social Mundial será realizado na Índia

Agora é oficial. O Fórum Social Mundial 2004 já tem data e local definidos. O Comitê Organizador Indiano do Fórum Social Mundial 2004 definiu que o evento será realizado de 16 a 21 de janeiro de 2004, em Mumbai, Índia.

Todas as organizações interessadas em participar da construção do FSM 2004 estão convidadas, mas os organizadores solicitam que as participações sejam confir-

madadas o mais breve possível. A nota convocatória da reunião do Grupo de Trabalho indiano pode ser acessada no link:

http://www.wsfindia.org/event_description.php.

O grupo de trabalho de mobilização do Conselho Brasileiro do FSM está organizando o primeiro Fórum Social Brasileiro, que deve ser realizado ainda este ano, em Belo Horizonte.

Final do campeonato acontece no Sábado

As equipes Real/BBV/Unibanco e BCN/Rural/Safrá disputam a final do Campeonato de Futebol, Sete, que acontece no próximo sábado, dia 17, na sede campestre do Sindicato. O jogo tem início às 10h30 e após terá a entrega dos troféus aos vencedores. Venha torcer por sua equipe.

Colocação	Equipes	Pontos
1º	Real/BBV/Unibanco	12
2º	BCN/Rural/Safrá	11
3º	BB	10
4º	Bradesco	06
5º	Itaú/BIC	06
6º	Banespa/Santander	00

Assembléia Geral Extraordinária

Convocamos todos os bancários para participar da Assembléia Geral Extraordinária que escolherá os delegados para o IV Congresso da CNB/CUT.

A Assembléia está marcada para o dia 03 de junho

de 2003, às 17h30, em primeira chamada, e 18h00 em segunda chamada, na sede do SEEB Caxias do Sul e Região, R. Borges de Medeiros, 676, Caxias do Sul RS - para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia.

Um Sindicato forte depende da sua participação

Campanha Salarial 2003 reúne 360 mil bancários

Unificada, a campanha retorna ao patamar de 1985, quando todos os representantes dos bancários de todos os bancos negociavam em mesa única

A campanha parte de um índice de reajuste comum, calculado hoje em 17,62%, e agrega o resíduo inflacionário, que se diferencia conforme o banco. Assim, os reajustes previstos são de 35,10%, no caso dos bancos privados, de 99,60%, para os funcionários do Banco do Brasil e de 116,12% para os empregados da Caixa Econômica Federal. As conferências estaduais para apreciação de índices e pauta de reivindicação da Campanha Salarial Unificada já começaram, sendo que a do Rio Grande do Sul deve acontecer no final de junho.

A largada da campanha foi dada no seminário da Executiva Nacional dos Bancários, realizado nos dias 27 e 28, em São Paulo, com novas perspectivas, trazidas pela unificação da campanha, bandeira histórica dos bancários, que contribui para o fortalecimento da categoria.

Reajustes previstos

	Fenaban	BB	CEF
A- Reajuste necessário	17,62%	17,62%	17,62%
B- Resíduo inflacionário*	10,15%	62,74%	76,21%
C- Acumulado A+B	29,56%	91,41%	107,25%
D- Produtividade*	4,28%	4,28%	4,28%
E- Acumulado A+B+C	35,10%	99,60%	116,12%

Eixos de luta

- Reajuste linear
- Respeito à jornada de 6 horas
- Redução dos juros
- PLR
- Assédio Moral
- Igualdade de Oportunidades
- Segurança Bancária
- Saúde, Condições de Trabalho

Banqueiros negam reajuste antecipado

Os banqueiros, mais uma vez, deram as costas às necessidades dos bancários, negando o reajuste antecipado de 15%, reivindicado como uma tentativa de recuperar um pouco do poder aquisitivo corroído com a inflação dos últimos meses. Apesar dos lucros dos bancos, que continuam crescendo em 2003, eles negam qualquer possibilidade de antecipação.

Nem os lucros, nem a inflação, tampouco a realidade dos bancários, que estão endividados, ou o fato de outras categorias terem conquistado a antecipação de reajuste, foram suficientes para combater a intransigência dos representantes da Fenaban. "Não temos proposta de antecipação. Acharmos que ela não deve ser feita. Seria uma temeridade antecipar sem saber o que vai acontecer em setembro", disse o negociador da Fenaban, Magnus Ribas Apostólico, o encontro realizado entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Fenaban.

A negativa dos banqueiros, no entanto, serve de alerta para o início da campanha salarial 2003. Ou seja, só a mobilização da categoria será capaz de abalar a intransigência dos banqueiros.

Financiários reivindicam 18,6%

A minuta dos financiários já está nas mãos na Fenacrefi, a federação do setor patronal. Eles reivindicam um reajuste de 18,6%, equivalente a reposição das perdas inflacionárias de 1º de junho passado a 31 de maio deste ano, calculadas pelo ICV-Dieese. Além do índice, os financiários lutam por uma

PLR (participação nos lucros e resultados) de 25% sobre o lucro da empresa. O principal enfoque da campanha, no entanto, é o enquadramento da categoria, hoje estimada em 100 mil trabalhadores, já que apenas 1% desses trabalhadores é representado pelos sindicatos.

Bancários reelegem chapa Movimento e Luta

A chapa Movimento e Luta venceu as eleições para diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, realizadas de 20 a 22

de maio. A chapa, composta por uma Diretoria Colegiada, um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal.

Empregados da Caixa elegem delegados sindicais

Ronaldo Lentz da Silva, da agência centro de Caxias do Sul, e Dirceu Noro, da agência de São Marcos, são os dois novos delegados sindicais da Caixa Econômica Federal. Eles foram eleitos pelos empregados das unidades que representam nos dias 27 e 28 de maio. Os delegados sindicais têm mandato de um ano. Entre suas funções estão: apoiar a luta dos trabalhadores; representar o Sindicato junto aos empregados de sua unidade,

participar dos eventos e instâncias sindicais, representar os empregados de sua unidade junto ao Sindicato, acatar e encaminhar as decisões dos Fóruns Sindicais, auxiliar nas entidades sindicais; manter contato permanente com os companheiros da unidade de trabalho, discutindo reivindicações e melhorias das condições de trabalho, distribuir publicações que digam respeito aos empregados e sindicatos.

Posto do BB de Mato Perso sofre assalto

O colega José Carlos Dotti foi atingido por um tiro na perna, durante assalto ao posto do Banco do Brasil, que funciona dentro da sede da sub-prefeitura, em Mato Perso, localidade pertencente ao município de Flores da Cunha. O assalto aconteceu no dia 6 de junho, às 13h30, três meses depois do primeiro assalto ao posto, em 7 de março. Dois assaltantes renderam o guarda, se dirigiram ao caixa e depois de pegar o dinheiro

dispararam o tiro. "Apesar de abalado pela violência sofrida, Dotti passa bem e deve retornar ao trabalho na semana que vem", informa o gerente da agência de Flores da Cunha Luiz Pedro Piano, responsável pelo posto bancário de Mato Perso. O policiamento junto ao posto foi reforçado, embora ele já estivesse funcionando dentro das normas de segurança estipuladas pelo Banco Central.

Adiada negociação com HSBC

A reunião com a diretoria do HSBC, agendada para o dia 5 de junho foi adiada a pedido da Coordenação da Comissão de Organização dos Empregados (COE), em função

de colisão da data com o Congresso Nacional da CUT. Uma nova data para a reunião, destinada a tratar do assédio moral e das demissões, está sendo providenciada.

Demonstrativo da Receita e Despesas

(01 de janeiro de 2003 a 31 de maio de 2003)

Receita	
Contribuição Sindical	26.651,78
Mensalidades	55.841,17
Outras Rendas Sede Campestre	345,00
Outras Rendas Salão Sede Social	255,00
Outras Rendas Gabinete Odontológico	1.686,00
Aluguel de Imóvel	13.596,90
Juros de Depósitos	13.485,23
Subvenções	596,34
Contribuição Assistencial	12.248,85
Taxa de Conciliação	12.016,32
Eventuais	217,67

Total 136.940,26

Despesas	
Despesas com salários/pessoal	21.288,22
Plano de saúde	862,85
Previdência social	8.689,57
FGTS	2.026,52
PIS	165,62
Comunicação social	2.024,00
Despesas odontológicas/interior	13.000,00
Despesas odontológicas/sede	6.799,20
Despesas com informática	2.706,09
Federação dos Bancários	9.408,78
CUT	8.705,73
Dieese	1.163,70
Diap	226,00
Jornais e publicações	3.540,90
Editais	1.522,00
Encontros/Congressos/Conferências	4.156,88
Água	880,79
Energia elétrica	2.438,79
Telefone	3.327,92
Correios	1.302,65
Fotocópias e autenticações	637,11
Taxas municipais/estaduais/federais	1.967,35
CPMF	486,21
Manutenção da sede social	1.047,00
Manutenção da sede campestre	9.072,32
Manutenção de veículos	2.549,94
Material de expediente	1.358,95
Combustíveis e lubrificantes	3.253,92
Seguros	179,23
Finalidades esportivas	1.342,52
Outras promoções	415,00
Custas c/ processos judiciais	6.649,72
Despesas administrativas Gerais	16.646,10
Total	139.841,58

Depósitos bancários

Caixa Econômica Federal c/ Cor.	4.416,66
Banco do Brasil	4.791,81
Banrisul	3.294,43

Aplicações

Caixa Econômica Federal c/ Inv.	111.439,49
Banco do Brasil	16.608,60
Banrisul	8.141,66
Total	148.692,65

Os documentos se encontram na tesouraria do Sindicato, à disposição dos associados interessados.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
- Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro,
Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de
Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da
Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis,
Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Aposentados da Previ terão reajuste

A partir de junho, os pagamentos dos benefícios de aposentadoria e pensão da Previ terão reajuste de 18%. A medida foi aprovada por unanimidade, tanto por parte da diretoria como do conselho deliberativo, e visa assegurar o equilíbrio do Plano de Benefícios 1.

Foi decidido também promover a revisão das correções já aplicadas, baseadas no IGP-DI, nos últimos 12 meses, nos saldos devedores da Carim e Empréstimo Simples, mantendo-se assim a equidade com o reajuste de benefícios.

A Previ acredita que a adoção dessas e de outras medidas está em sintonia com as obrigações dos administradores e com os direitos e interesses dos participantes. Promove-se reajuste dos benefícios capaz de recompor o poder aquisitivo dos assistidos, aponta-se para o equilíbrio do plano e projeta-se maior estabilidade e sustentabilidade para o conjunto das obrigações da entidade.

A decisão não causará qualquer impacto para o cálculo do benefício ou de reservas dos participantes em atividade.

Maiores informações podem ser obtidas no site: www.previ.com.br

Diretor da Previ esteve discutindo o assunto em Caxias

O diretor de Planejamento da Previ Erik

Persson esteve em Caxias do Sul no dia 23 de maio para tratar de questões relativas ao reajuste de benefícios. Persson reuniu os associados na sede da AABB e expôs os valores da folha de pagamento, fez a demonstração patrimonial, comparou a evolução de diversos índices e fez várias simulações de cálculos da rentabilidade dos ativos e das reservas matemáticas, aprofundando a discussão em torno dos diversos aspectos implicados na decisão sobre o reajuste. Encontros semelhantes aconteceram em Florianópolis, Pelotas e POA.



Associados da Previ ouviram explicação de Erik Persson sobre reajuste de benefícios

Diretoria do Banrisul não aceita formação de Comissão Paritária para elaboração de Quadro de Carreira

A decisão foi tomada em reunião entre o Comando dos Funcionários do Banrisul e representantes da diretoria do banco, realizada no último dia 12, após vários pedidos de agendamento feitos pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região e Federação dos Bancários/RS. O objetivo dos sindicalistas com a comissão paritária é garantir transparência aos trabalhos. Mas, o argumento não sensibilizou a diretoria do banco. O diretor Gilberto Caponi, o superintendente Ademar Sartori e o gerente Hermes Ramos mantiveram-

se intransigentes e anunciaram a contratação de uma empresa de consultoria para elaborar um novo quadro de carreira. Caponi comprometeu-se a dar vistas do projeto tão logo esteja pronto.

Além do novo quadro de carreira, a reunião também tratou de outros temas como vale alimentação e refeição, a relação entre a administração e funcionários, o saldo da PLR, o ponto eletrônico, as horas extras e Fundação Banrisul/Cabergs.

Governo prepara incentivo para bancos baixarem juros no microcrédito

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está anunciando um projeto para incentivar a participação dos bancos privados no programa de microcrédito, que deve ser lançado em breve pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo apurou o jornal Folha de São Paulo, trata-se de um incentivo operacional que o Banco Central irá acoplar ao programa para os bancos que aceitarem cobrar juros baixos por essas operações.

O presidente do BNDES, Carlos Lessa, no entanto, admite que existe esta resistência por parte dos bancos em cobrar juros de 2% ao mês para o microcrédito. Atualmente, os juros cobrados para essas operações são de 4,6% ao mês, uma taxa considerada muito alta por

Lessa. Segundo ele, da rede de 175 agentes financeiros que repassam os recursos do BNDES, apenas um, até agora, concordou em cobrar 2% de juros para as operações de microcrédito. Lessa disse ser um banco privado, mas não revelou o nome do banco. Tampouco disse qual seria a posição do BB e da CEF.

O plano de Lessa é criar condições para serem realizadas 1 milhão de operações de microcrédito em um ano com as taxas de juros mais baixas. As operações seriam de R\$ 500 a R\$ 5.000 cada uma. A proposta de baixar os juros do microcrédito para 2% ao mês é do BNDES e ainda não foi aprovada pelo governo. Há a possibilidade de os juros se aproximarem de 3% quando o programa for lançado.

Transição do Mercapaulo/Finasa para Bradesco gera apreensão entre funcionários

Desde a incorporação do banco Mercapaulo/Finasa pelo Bradesco, oficializada no dia 19 de maio, os funcionários da agência de Caxias do Sul estão em clima de apreensão, pressão e ansiedade, a ponto de buscar sua própria demissão. Enquanto isso, os clientes da agência enfrentam problemas de atendimento. Essa situação decorre do fato de que a transição foi feita de forma abrupta, sem que o banco se preocupasse em preparar sua equipe para operar no novo sistema e com os novos clientes. O resultado? Clientes insatisfeitos e quatro casos de pedidos de demissão, em menos de um mês. Será essa a intenção do banco? Eis aí uma pergunta que muitos funcionários se fazem. O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul fez um registro dessa situação, para ser encaminhado à Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, a fim de que esta entre em contato com a direção do banco.

Luiz Marinho é o novo presidente da CUT

A Chapa 1, encabeçada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, venceu as eleições realizadas durante o 8º Concut, com 1950 votos, equivalentes a 74,7% do total. Compuseram a chapa os delegados identificados com a Articulação Sindical, a Corrente Sindical Classista, a CUT Socialista e Democrática, a Tendência Marxista, a Unidade Sindical e a estreante Sindicalismo Socialista Brasileiro, ligada ao PSB. A Chapa 2, liderada por Jorge Luiz Martins e José Maria de Almeida recebeu 661 votos, equivalentes a 25,3% do total, ficando com seis vagas efetivas na executiva e duas na suplência.

Bancários na Executiva Nacional

Três bancários integram a Executiva Nacional da CUT. São eles: o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, João Vaccari Neto; o diretor do SEEB/Brasília, Jacy Afonso; e o diretor da FEED/RS e do SEEB/POA, Ari Alorald do Nascimento. Nascimento é o 1º tesoureiro da Executiva da CUT Nacional. É ex-tesoureiro da CUT/RS e é bancário do Bradesco desde 1986. O primeiro mandato sindical foi em 1992, quando assumiu como diretor na FEED/RS. Ari ressaltou que nos próximos três anos a CUT, presidida pelo sindicalista Luiz Marinho, irá seguir os preceitos da autonomia. "Apoiaremos o que servir, e criticaremos o que for contra os interesses dos trabalhadores".

Ato protesta contra retirada de direitos na Reforma da Previdência

Trabalhadores compareceram em massa no ato de protesto contra a reforma da Previdência, realizado no dia 30 de maio, em Porto Alegre. Além de protestar contra a retirada de direitos na Reforma da Previdência, o ato público reivindicou a recuperação dos direitos perdidos na Era FHC. O ato foi convocado pela CUT/RS, Movimento em Defesa da Previdência Pública, Sindjers, Adufrgs, Assufrgs, Atempa, Cpers, Federação da Alimentação do RS, Federação dos Metalúrgicos do RS, Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Região Metropolitana, Semapi, Sinttel, Sindjus, Sindsepe, Sindppd, Sindtten, Sintrajufe, Sindisprev, Sindiserf e Ugeirm.



Fotos: Katia Marko/Imprensa CUT-RS

Trabalhadores urbanos e rurais se unem em jornada de lutas

Os trabalhadores urbanos e rurais estão mobilizados para exigir o combate ao latifúndio e à fome, defender a criação de mais empregos, o aumento real dos salários e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. Eles também lutam contra a retirada de direitos na reforma da Previdência e defendem o resgate dos direitos perdidos na reforma previdenciária do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A Jornada de Lutas por Terra, Trabalho e Direitos Sociais, como está sendo chamada essa mobilização organizada pela CUT/RS, Federações,

Sindicatos e Via Campesina, teve início no dia 28, Dia Nacional de Apoio à Reforma Agrária, quando mais de cinco mil trabalhadores de todo o estado ocuparam a Fazenda Boa Vista, área da Souza Cruz (Grupo Bristh American Tobacco) na BR 471, Km 8, de Pantano Grande.

A ação teve o objetivo de chamar a atenção para a situação de cerca de 17 mil plantadores de fumo da região do Vale do Rio Pardo sem terra para plantar, enquanto uma empresa estrangeira possui milhares de hectares, sem produzir. De acordo com dados fornecidos pelo próprio movimento sem-terra, os latifúndios

ocupam quase 50% das terras brasileiras e geram apenas 4% dos empregos no campo, enquanto a pequena propriedade - a agricultura familiar - gera 44 vezes mais empregos que o latifúndio.

O movimento diz que para assentar as 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, bastaria desapropriar as 28 mil propriedades que concentram metade das terras. No Rio Grande do Sul, são 120 mil famílias sem-terra que vivem no campo. A desapropriação dos 838 maiores latifúndios do Estado seria suficiente para assentar mais de 110 mil famílias.

Real/BBV/Unibanco/CEF vence campeonato de Futebol Sete 2003

A equipe Real/BBV/Unibanco/CEF venceu a final do Campeonato de Futebol Sete 2003, disputada no dia 17 de maio, com a equipe BCN/Rural/Safra, que ficou em segundo lugar. Depois da partida, equipes e atletas que se destacaram receberam os troféus e todos confraternizaram com almoço na própria sede do Sindicato.

Famíliares e amigos estiveram presentes a final do campeonato, que, neste ano, foi gravada pela equipe de esportes da RBC Tele Brasil (Produtora de esportes da Rádio Universidade e de Jornalismo do Canal 20 da NET). A Rádio Universidade transmitiu ao vivo. No Canal 20, o jogo foi transmitido no dia 22, com reprise no dia 23. O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região agradece aqueles que prestigiaram o campeonato deste ano e conta com a participação de todos para o próximo!

- 1º lugar Real/BBV/Unibanco/CEF
- 2º lugar BCN/Rural/Safra
- 3º lugar Banco do Brasil
- 4º lugar Bradesco

Troféu Disciplina
Banespa/Santander

Troféu Participação
Itaú/Bic e Banespa/Santander

Goleador
André de Almeida (BB)

Goleiro menos vazado
Gabriel Perozzo (Bradesco)



Campeã
Real/BBV/Unibanco/CEF

esq.p/dir. (em pé)
Norberto, Daniel, Irineu,
Miguel, Carlos
(agachados)
André, Rodrigo, Ricardo
e Edivan

Vice-Campeã
BCN/Rural/Safra

esq.p/dir. (em pé)
Vilmar, Aldemir, Manoel,
Flávio e Marcelo Mazzochi
(agachados)
Marcelo Rossi, Tiago,
Igor e Felipe



Fotos: Daniela Rocco

Diretoria eleita toma posse em 1º de agosto



O ato de posse da diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, eleita em maio, acontece no dia 1º de agosto, às 19h, na sede social da entidade.

A solenidade marca o início de um novo mandato da chapa Movimento e Luta, que se encerra em julho de 2006

Conferência nacional aprova índice de reajuste que será reivindicado à Fenaban: 21,58%

A 5ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada em 11 de julho em São Paulo, também aprovou o índice de 23,90% para os bancos públicos federais, com a perspectiva de unificar bancos privados e públicos em mesa única de negociações. A recuperação das perdas salariais que os empregados de bancos federais tiveram nos últimos oito anos, em razão do arrocho no governo FHC, deverá ser agregada ao índice estabelecido, devendo ser discutida em seus congressos específicos.

A Executiva Nacional dos Bancários pretende apresentar o índice de reajuste e a minuta de reivindicações da categoria para a renovação da convenção coletiva nacional de trabalho à Fenaban na última semana de julho ou no início de agosto. O

percentual inclui: 16,43% de inflação projetada pelo ICD-Dieese de 1º de setembro de 2002 a 31 de agosto de 2003; 0,42% de resíduo inflacionário entre setembro de 2001 e agosto de 2002; e 3,99% para ganho de produtividade. O índice e as demais cláusulas econômicas, de saúde e segurança, entre outros, ainda estão sendo referendados em assembleias da categoria.

Os principais eixos de campanha, definidos pela Executiva Nacional dos Bancários, são: emprego, com todos os desdobramentos pertinentes ao tema; salário, incluindo-se aí a PLR; fim do assédio moral; organização no local de trabalho; juros menores e não à independência do Banco Central. Confira outras informações sobre a Campanha Salarial na Página 3.

Conselho Deliberativo Diretoria Colegiada

Vaine Teresinha Andreguette (Banrisul)
Pedro Justino Incerti (Finasa/Bradesco)
Carlos Marcelo B. Rodrigues (BBV/Bradesco)
Vilmar José Castagna (Itaú)
Mauro Luiz Ceccon (Safra)
Gelso Fernando Marcon (Real)
Ademar Henrique Bellini (CEF)
Edmundo Velho Brandão (BB)
Gilmar Tadeu Maschio (BB)
Arquimedes Ventura de Rocco (Unibanco)
Nelso Antônio Beber (Banespa/Santander)
Ariovaldo Adão Filippi (Banespa/Santander)
Juliane Maria Zanotto (Banrisul)
Elisabeth Maria Milani (Banrisul)
Rubayat Delfino Franco (BB)
Oscar Virgílio Brandalise (CEF)
Daniela Amoretti Finkler (Banrisul)
Luiz Fernando Loro (Boa Vista/Bradesco)
Zaira Inez G. Regalin (Banrisul)
Ytaroti João L. Fagherazi (CEF)
Arlindo de Lima Grusag (Banrisul)
Ilce Dalcin (HSBC)
Joni Grasseli (BB)
Vicente Malfatti (Itaú)
Alexandre Rizzi (Banrisul)
Nestor José Rech (Banrisul)
Miguel Silva (BB)
Sidnei Orlando Montagna (BBV/Bradesco)

Conselho Fiscal

Titulares

Evandro Luis Huppel (Boa Vista/Bradesco)
Luis Antonio M. da Fonseca (Banrisul)
Rafael João Campagnolo (BB)

Suplentes

Miguel Luiz Ceccon (CEF)
Valdir Vargas dos Santos (Itaú)
Jairo Roberto Bays (BB)

IV Congresso elege novo presidente para CNB/CUT



O IV Congresso da CNB/CUT, realizado de 9 a 12 de julho, em São Paulo, contou com a presença de 319 delegados, provenientes de 93 sindicatos, 8 federações e 1 DEB. O Sindicato de Caxias do Sul e Região esteve representado pelos diretores Mauro Luiz Ceccon e Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues. Os delegados elegeram Vagner Freitas, funcionário do Bradesco e diretor do Sindicato de São Paulo, o novo presidente da CNB para a gestão 2003/2006. Freitas liderou a Chapa 1, composta pela Articulação Sindical, CUT Socialista e Democrática (CSD), Corrente Sindical Classista (CSC), Unidade Sindical e independentes, eleita com 255 votos, equivalentes a 83,06% do total.

O Congresso também discutiu e aprovou resoluções sobre a conjuntura nacional e internacional. Os delegados mantiveram a proposta para Reforma da Previdência aprovada no 8º Concut, que prevê, entre outros pontos, a fixação de teto de 20 salários mínimos e a possibilidade de criação de entidades fechadas de previdência pública

complementar, sem fins lucrativos, para aposentadorias acima deste teto e dos servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da reforma. Aprovaram a realização de uma auditoria nas contas da Previdência e a introdução de mecanismos legais que coibam a sonegação.

Em relação à regulamentação do sistema financeiro, aprovaram a criação de mecanismos para a ampliação do crédito, reafirmando posição contrária à autonomia do Banco Central e a favor da inclusão de políticas favoráveis ao pleno emprego, ao desenvolvimento econômico e social na missão do Banco Central. Aprovaram ainda o apoio ao programa Fome Zero, à campanha mundial pela implementação da Taxa Tobin, que prevê a taxa sobre as transações financeiras transnacionais de curto prazo, a inclusão dos trabalhadores do ramo financeiro que não estão representados pelos sindicatos e a criação do Conselho Diretivo Nacional, com representação dos sindicatos e federações.

Bancários repudiam punições da CEF contra sindicalistas

As punições aplicadas pelo Conselho Disciplinar da CEF a quatro sindicalistas da capital gaúcha, devido à participação num ato público em 31 de maio de 2001, foram alvo de moções de repúdio no Congresso Estadual dos Empregados da CEF e na Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. O Sindicato de Porto Alegre, a Federação dos Bancários do RS e a Apcef-RS também entregaram um dossiê ao presidente da Fenaef para pautar o tema na próxima negociação com a direção da CEF e enviaram carta ao presidente da Caixa, Jorge Mattoso, propondo a anulação imediata das punições aplicadas aos sindicalistas bem como das demissões sem justa causa (RH 008), razão do ato de protesto realizado em maio de 2001, que deu origem às punições de advertência.

O ato foi contra a demissão de uma funcionária de Porto Alegre, viabilizada pela norma interna RH 008, que permitia demissões sem justa

causa, mas já foi revogada pela nova direção da Caixa. O protesto se estendeu também contra os escândalos e os políticos envolvidos em corrupção no governo FHC e no Congresso Nacional. A punição dos sindicalistas foi proposta pelo então Superintendente de Negócios do EN Porto Alegre Norte/RS, José Odalir Brezolim, hoje lotado em Brasília, nomeado pela atual direção da CEF para Superintendente Nacional do Projeto Centralizadora do Crédito Imobiliário. E aplicada "por unanimidade" no dia 5 de junho pelo Conselho Disciplinar da Matriz. "Trata-se de um caso explícito de autoritarismo, oriundo da gestão nefasta de Carazzai e FHC, que não se coaduna com os novos tempos de diálogo, democratização da empresa, respeito ao movimento sindical e associativo e valorização da cidadania, preconizados pela nova direção da Caixa e pelo governo Lula", diz a carta enviada ao presidente da CEF.

Cabergs reconhece direito de homossexuais

O Conselho Administrativo da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul - aprovou a inclusão de companheiro de bancário homossexual associado como dependente no plano de saúde da entidade. A decisão, inédita, norteadora por integrantes do Movimento Sindical, vem ao encontro de decreto da prefeitura de Porto Alegre que reconhece o direito de parceiros de funcionários públicos homossexuais a pensões do sistema previdenciário municipal.

Telefone sobe 525% depois da privatização

Segundo dados do Dieese, desde a privatização da telefonia, há sete anos, as tarifas subiram, em média, 525%. Já, a assinatura residencial, mais de 4.250%. O assalto para quem paga a conta é o paraíso das empresas exploradoras do setor, que aguardam novo reajuste para engordar ainda mais seus cofres.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.800 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Mesa única exige mobilização da categoria

A inclusão dos bancos federais em mesa única de negociação com os demais, na Fenaban, aumentaria a representatividade e a força dos bancários de todo o Brasil na campanha salarial 2003

Nos últimos anos, BB e CEF ficaram longe das negociações com os trabalhadores do conjunto dos bancos do país em torno da Fenaban, da qual são também filiados. Os banqueiros apreciaram campanhas salariais desfalçadas de um "exército" que, hoje, representa cerca de 130 mil bancários em todo o país. E os governos de plantão patrocinaram, por outro lado, a deterioração das condições profissionais do pessoal dos bancos públicos.

Com a mudança de governo e de comandos nas direções dos bancos federais, os bancários esperam novos patamares de

negociação. Mas há resistências a quebrar, pois o governo Lula vive um momento em que os mais variados agentes econômicos e forças sociais disputam acirradamente o espaço pelos seus interesses.

Assim não podemos contar com a adesão automática desses bancos ou do governo à mesa única. Vamos precisar de muita disposição de luta e mobilização para convencer a Fenaban e os bancos públicos.

A idéia da mesa única para discussão da pauta econômica já foi aprovada em encontros estaduais e deve ser ratificada nos encontros nacionais dos empregados da

CEF e do BB. Afinal, todos bancários convivem com a mesma inflação e sofrem as mesmas pressões nos locais de trabalho e nada impede que as negociações em separado prossigam para discutir as especificidades de cada empresa. E especificidades não faltam. Tanto no BB como na CEF é preciso lutar por acordos específicos que resolvam problemas graves como a falta de isonomia. Os empregados mais novos, por exemplo, têm altas responsabilidades, mas salário e condições de ascensão no PCS muito inferiores.

Campanhas Nacionais dos Bancários - 1994 a 2002 Inflação e Reajustes Salariais

Período	ICV/ DIEESE ⁽¹⁾	INPC/ IBGE	Reajustes Salariais		
			BB	CEF	FENABAN
Jul/93 a Ago/94	30,00%	9,74%	13,69%	13,71%	16,00%
Set/94 a Ago/95	28,16%	25,80%	25,00%	20,94%	30,00%
Set/95 a Ago/96	5,75%	14,28%	0,00%	0,00%	10,80%
Set/96 a Ago/97	6,71%	4,30%	0,00%	0,00%	5,00%
Set/97 a Ago/98	1,13%	3,88%	0,00%	1,00% ⁽²⁾	1,20%
Set/98 a Ago/99	5,79%	5,25%	0,00%	0,00%	5,50%
Set/99 a Ago/00	9,21%	6,96%	1,70% ⁽²⁾	0,00%	7,20%
Set/00 a Ago/01	8,30%	7,31%	2,00% ⁽²⁾	0,00%	5,50%
Set/01 a Ago/02	7,45%	9,16%	5,00% ⁽²⁾	5,00%	7,00%

Elaboração: DIEESE - Linha Bancários.

(1) Foi utilizada a série nova do ICV/DIEESE.

(2) Este reajuste incidiu apenas sobre o salário-padrão e o vencimento padrão.

Bancários formam grupo para combater insegurança bancária

A Federação dos Bancários RS e o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre conquistaram o compromisso do governo estadual para a proposta de criação de um grupo de trabalho destinado a analisar, discutir e propor ações concretas no combate à falta de segurança nos bancos. A proposta foi apresentada em audiência com o titular da Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), José Otávio Germano, realizada no dia três de julho.

Os bancários indicaram vários órgãos e entidades para integrarem o

grupo de trabalho, como o Sindicato e a Associação dos Bancos, Sindicato das Financeiras, Sindicato das Lotéricas, Polícia Civil, Brigada Militar, Polícia Federal, Assembleia Legislativa, Famurs, Uvergs, Sindicato dos Vigilantes e Ministério Público. A proposta também reivindica que o Sindicato seja informado sobre o número mensal de mortos, feridos, assaltos e seqüestros em agências, postos de serviços, caixas eletrônicos, financeiras e correspondentes bancários, como lotéricas.

Acordo libera cinco dirigentes da Caixa no RS

Representantes da CNB/CUT e da CEE/Caixa assinaram acordo parcial com a direção da CEF no dia 25 de junho, que garante o trabalho das entidades sindicais junto aos empregados. Com o acordo, foram liberados cinco dirigentes sindicais do Rio Grande do Sul: Ademar Henrique Bellini, do Seeb Caxias do Sul, Célia Margit Zingler, do Seeb Santa Cruz, Amanda Angélica Cardoso, Devanir Camargo da Silva e Maristela Rocha, do Seeb Porto Alegre.

O acordo inclui itens como ausências permitidas, intervalo para descanso, licença para tratamento de saúde, trabalho de gestante, quadro de avisos e reuniões de empregados com as entidades sindicais nos locais de trabalho.

Unibanco é condenado por "assédio moral"

A bancária Ediomara Ivete Fistarol teve reconhecida, por sentença da Justiça do Trabalho, direito ao recebimento de reparação por dano causado "por assédio moral" praticado por seu empregador, o Unibanco. Afastada do trabalho de maio de 1999 a agosto de 2002, devido à doença contraída pela rotina de bancária, não teve qualquer local designado para a prestação de suas atividades, ao receber alta do INSS. Foi a Juízo contra o Unibanco e ganhou a causa. Além de uma vaga na agência Menino Deus, a sentença a favor de Ediomara defere uma reparação financeira "pelo abalo sofrido durante o tempo em que a empregada permanece excluída de suas atividades laborais". A reparação consiste no pagamento do dobro do salário mensal desde 9 de agosto de 2002, data em que o Unibanco deveria ter permitido que ela voltasse ao trabalho, até a data do efetivo reinício das atividades. O caso é um dos primeiros examinados pela Justiça do Trabalho no Estado e representa um avanço nas relações de trabalho e no respeito aos direitos humanos dos trabalhadores.

Sindicalistas preparam protesto simultâneo contra Santander em toda América Latina

O ato está programado para o dia 25 de setembro, às 14h, e dá início a uma jornada continental de luta no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Venezuela



A ação foi definida na reunião da Coordenadora Sindical Ibero-americana do Grupo Santander, que reuniu sindicalistas de sete países nos dias 7 e 8 de julho, no Brasil, e tem por objetivo combater conjuntamente uma série de problemas comuns e outros tantos específicos que os trabalhadores do banco enfrentam em todos os países onde está presente. A principal delas é o direito ao emprego, com a manutenção dos atuais funcionários e o fim de demissões arbitrárias, conforme assegurado pela Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os trabalhadores do grupo querem que o banco pare de utilizar de maneira irregular a mão-de-obra de terceirizados, temporários e estagiários. Que cumpra os acordos firmados com os sindicatos e que permita o livre acesso dos dirigentes aos locais de trabalho. Que respeite a jornada de trabalho, as condições de segurança e de saúde de seus funcionários. A igualdade de oportunidades, sem discriminação de gênero, idade, raça, credo, ideologia ou orientação sexual, e a luta por uma aposentadoria digna também fazem parte das reivindicações que serão apresentadas ao banco em documento assinado por entidades sindicais dos países do Cone Sul, Espanha e Portugal no dia 25 de setembro.

Além dos protestos, os sete países que participaram do encontro se comprometeram em criar uma página na internet voltada para os trabalhadores do Santander e do BBVA. A página será alimentada pelos sindicatos presentes ao encontro, que informarão sobre a atuação do Santander em seus

países. A página também vai interligar todos os sindicatos e será administrada pela CCOO, a maior central sindical da Espanha, que é o país sede do Grupo Santander.

Segundo o secretário de Política Sindical da CNB/CUT, Ricardo Jacques, o Santander é hoje o banco de maior atuação nos países da América Latina e maior banco estrangeiro no Brasil. "A CNB já tem investido na política internacional, pois um terço do sistema financeiro brasileiro está nas mãos do capital estrangeiro", disse. O encontro foi promovido pelo Comitê de Finanças da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), que também estabeleceu um calendário para a criação da Coordenadora Sindical do ABN/Amro, definida em dezembro passado. A previsão é que na segunda quinzena de setembro ela já esteja em funcionamento.

Participaram do encontro a CNB/CUT, sindicalistas do La Bancária/CGT (Argentina), AEBU/PIT-CNT (Uruguai), Fetraban/CUT (Paraguai), CSTEBA/CUT (Chile), Contec/CGT (Brasil), Comfia/CCOO, da Espanha, país sede do Santander.

Salário maternidade agora é responsabilidade da empresa

Em breve, as mulheres no período pós-parto não precisarão mais ir aos postos do INSS para conseguir receber seu salário durante os quatro meses de duração da licença-maternidade. Poderão receber diretamente da empresa. O projeto que restabelece a responsabilidade das empresas privadas no pagamento deste benefício foi encaminhado em março pelo Executivo, já obteve a aprovação do Senado e segue agora à sanção presidencial. O projeto altera a legislação em vigor desde 1999, que atribui aos postos do INSS a responsabilidade pelo pagamento do benefício. A mudança prevista, porém, não atinge o universo das mulheres que são empregadas domésticas e trabalhadoras rurais.

Governo FHC se despediu anistiando bancos de multa de R\$ 5 bi

Os bancos foram privilegiados até os últimos momentos do governo FHC. Um de seus últimos atos foi livrar 60 bancos do pagamento de multa por atraso no envio de informações sobre o saldo do FGTS dos trabalhadores na época dos planos econômicos Verão (1989) e Collor I (1990).

A multa da qual o governo abriu mão alcança R\$ 5 bilhões, aproximadamente o montante que o Tesouro Nacional foi obrigado a aportar ao FGTS para garantir aos trabalhadores o pagamento das perdas provocadas pelos planos, que foi de R\$ 6 bilhões o valor total da correção devida aos titulares do fundo ultrapassa R\$ 40 bilhões. A anistia foi concedida pelo então ministro do Trabalho Paulo Jobin, que arquivou o caso em 16 de dezembro de 2002.

Na época dos planos, as contas do FGTS eram descentralizadas e a Caixa dependia da informação dos bancos para calcular o complemento de atualização monetária dos beneficiários do fundo. Os bancos tinham prazo até 31 de janeiro de 2002 para passar essas informações, mas apenas 18 dos 72 bancos envolvidos entregaram os dados no prazo. O atraso fez com que a Caixa também descumprisse o prazo estipulado para informar aos trabalhadores o valor da correção a que tinham direito, a fim de que pudessem decidir se assinariam ou não o acordo para o recebimento das perdas. Ou seja, os trabalhadores foram prejudicados duplamente: pelo rombo aos cofres públicos e pela interferência indireta na tomada de decisão.

67
anos

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Ano 19 - Nº 120 - Agosto 2003

Filiado à **CUT** Brasil



**Que a responsabilidade social
vença a ganância**

BANCÁRIOS UNIDOS
CAMPANHA SALARIAL - 2003

A recuperação dos salários é fundamental para que os bancários possam enfrentar necessidades básicas como alimentação, habitação, saúde e educação. O reajuste reivindicado, de 21,58%, representa muito pouco diante da grandiosidade dos lucros acumulados ano após ano pelo mercado financeiro, composto por poucas e grandiosas instituições, aos moldes dos oligopólios. Mas, mesmo ganhando muito dinheiro, os bancos se negam ao exercício da responsabilidade social. Sequer apresentaram proposta aos bancários. Alegam dificuldades para repor perdas salariais, enquanto seus balanços financeiros

apontam em outra direção. Em 2002, o lucro dos 50 maiores instituições aumentou 89,5% em relação a 2001, passando de R\$ 9,28 bilhões para R\$ 17,59 bilhões, sendo que a rentabilidade sobre o patrimônio líquido desses bancos passou de 14,6% para 24,5%. Neste ano, a festa continua. Quem acumula tantos lucros não pode mais fugir de sua responsabilidade social. Está na hora dos banqueiros tratarem com um pouco mais de seriedade e bom senso a campanha salarial. Enquanto isso não acontece, vamos manter a mobilização!

CN CUT
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS
EXECUTIVA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

**FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS/RS
E SINDICATOS DO INTERIOR**

Bancos fecham semestre com novo festival de lucros

Os balanços relativos aos primeiros seis meses de 2003 mostram números surpreendentes. O Bradesco fechou o semestre com lucro de R\$ 1,027 bilhão, 13,6% acima dos primeiros seis meses de 2002, e o Itaú, com R\$ 1,490 bilhão, nada menos que 42,2% acima em relação a igual período do ano passado. E esse resultado poderia ter sido ainda maior se os dois bancos não tivessem decidido amortizar de uma só vez os ágio pagos na compra de outros bancos. Foram R\$

680 milhões referentes à compra do Banco Mercantil de São Paulo, no caso do Bradesco, e de R\$ 548 milhões pelo Banco Fiat, no caso do Itaú.

Além disso, nenhum dos dois bancos pode reclamar da rentabilidade obtida sobre o patrimônio: 16,4% no caso do Bradesco, 27,7% no Itaú. No Banespa, o lucro do semestre atingiu R\$ 1,067 bilhão, com rentabilidade sobre o patrimônio de 50,2% de reais, anos-luz acima da média de 4% das

empresas não financeiras. A Caixa Econômica Federal registrou o maior lucro de sua história: R\$ 860 milhões, 52% superior aos R\$ 564 milhões registrado no primeiro semestre do ano passado. O Banco do Brasil fechou o período com lucro de R\$ 1,079 bilhão, valor 31,1% superior ao do ano passado. No Real ABN Amro, o lucro foi de R\$ 439 milhões. No Unibanco, de R\$ 491 milhões, e no Banrisul, de R\$ 100,6 milhões, 82,1% maior em relação ao ano anterior.

Morre líder que presidiu Sindicato à época do Golpe Militar

Caxias do Sul perdeu mais um dos líderes sindicais que fizeram história no movimento sindical na região. Romulo Segalla, que presidiu o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região à época do Golpe Militar, em 1964, faleceu no dia 10, aos 79 anos. Assim como tantos sindicalistas e cidadãos que militavam em favor de uma ordem social justa e democrática, ele também foi vítima da ditadura militar. Em março de 1964, Segalla foi preso junto com outros diretores do Sindicato dos Bancários. Sua prisão ocorreu na tarde do dia 6 de março, no Banco do Brasil, onde exercia o cargo de Diretor de Contas e Ordens de Pagamento. Foi preso por 11 soldados, sob a mira de metralhadoras e fuzis. Em novembro, foi demitido do banco, acusado de subversão. No início dos anos 80, com a abertura, foi reintegrado e aposentado compulsoriamente.



Reforma da Previdência: reflexos no setor privado

Embora focada no funcionalismo público, a Reforma da Previdência também atinge os trabalhadores da iniciativa privada. Com o aumento do teto da aposentadoria para quem contribui para o INSS de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00, quem ganha acima de

R\$ 1.869,34 passa a contribuir com maior valor. Quem ganha R\$ 2.400,00, por exemplo, passa a contribuir com R\$ 264,00, um acréscimo de 28,3% sobre os R\$ 205,62 (equivalentes à alíquota de 11% sobre o teto de R\$ 1.869,34) que lhe eram descontados anteriormente.

BB facilita licença-saúde

Os funcionários do Banco do Brasil com atestados médicos de até quatro dias de licença-saúde não precisam mais passar por consulta na Cassi. O banco já está aceitando o atestado do médico que assistiu o funcionário.

O banco desmentiu que a instrução que concede pausa de dez minutos de descanso para cada 50 trabalhados no auto-atendimento tenha sido anulada. Apenas mudou de lugar. Agora está registrada no LIC 058-120-2-1-5.

Unibanco paga PLR no dia 5

O Unibanco vai antecipar o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para o dia 5 de setembro, quando os funcionários receberão uma parcela no valor de 40% do salário, tendo o benefício um teto de R\$ 2.025. O banco anunciou ainda a suspensão do pagamento do Programa de Participação nos Resultados -

PPR - por meio de moedas, um modelo que vinha sendo questionado pelos sindicatos, principalmente em relação à transparência nos cálculos do pagamento. Segundo Marino Roberto Rodilha, responsável pela área de Relações de Trabalho do banco, a empresa reformulará o PPR com o auxílio dos sindicatos.

Avançam negociações sobre convênio médico do Itaú

As discussões entre sindicatos e a direção do banco em torno do novo convênio de saúde já renderam bons avanços. O banco já aceitou reduzir a cobrança das parcelas mensais, bem como limitar a incidência do fator moderador, percentual a ser aplicado sobre a utilização dos

serviços prestados pelo novo plano. Além da melhora nos custos, a proposta engloba a implementação de convênio odontológico, abre espaço para colocar agregados no plano, sendo que o banco se compromete a pagar um terço da diferença entre o atual convênio e o novo.

Bradesco faz média com TST

O Bradesco anunciou a desistência de 1.106 dos 1.896 recursos judiciais que havia encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho, decorrentes de ações judiciais, motivadas pela prorrogação da jornada para cargos ditos de confiança. Tudo indica que a motivação tenha sido a divulgação dos maiores detentores de

reclamações trabalhistas, dentre os quais figura o maior banco privado nacional. Elaborada pelo TST há alguns meses. Ao tentar limpar a sua imagem junto ao TST, o Bradesco faz mea-culpa e abre precedentes positivos na luta da categoria bancária pelo respeito à jornada de seis horas.

Fim do estágio no HSBC

Representantes dos trabalhadores do HSBC do Paraná propuseram o fim do estágio nas agências, durante audiência realizada no dia 12, no Ministério Público do Trabalho. O HSBC já teve aproximadamente 1400

estagiários. Hoje, este número gira em torno de 900, ainda muito elevado. O HSBC tem 30 dias para manifestar-se perante a proposta.

Terceirização, exploração e desrespeito

Funcionários das terceirizadas fazem serviço bancário, mas são ignorados pelos bancos

O principal mote dos bancos, em suas milionárias campanhas de publicidade, é a satisfação do cliente. Tem banco para todo gosto, para toda personalidade sempre gente feliz. A realidade, no entanto, é maquiada. O consumidor de serviço bancário está sempre reclamando de fila, do mal atendimento, do preço das tarifas, dos juros e esses clientes são sempre enganados.

Quando alguém abre uma conta, não é informado que serviços importantes, pelos quais paga ao banco e caro serão realizados por empresas terceirizadas e até "quarteirizadas", absolutamente fora do controle do Banco Central. O usuário não sabe que compensação de cheques e autenticação de contas, por exemplo, muitas vezes é realizada fora das dependências do banco, e por uma outra empresa, não financeira, desconhecida do cliente.

A terceirização de serviços bancários virou moda entre as empresas, na década de 80, com a velha desculpa da economia. Mas, além de exagerar na economia já que o setor financeiro é o que mais festeja lucros nesse país os bancos terceirizam serviços que colocam em risco a segurança e o sigilo bancário dos clientes.

Cumplicidade

Quem trabalha para as empresas terceirizadas não está nas estatísticas de sucesso dos bancos. Fica escondido em empresas que desrespeitam direitos trabalhistas para ganhar dinheiro. Apesar de executar tarefas de natureza bancária, esses trabalhadores não têm as garantias previstas em convenção coletiva. As terceirizadas só existem graças à conivência dos bancos, que demitem bancários e depois apelam para o serviço de terceiros. Os clientes satisfeitos das propagandas não fazem idéia dos riscos a que estão expostos.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
- Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro,
Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de
Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares

Base Territorial:
Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da
Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis,
Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

CAMPANHA SALARIAL**Proposta de mesa única chega à direção dos bancos federais***A unificação das negociações depende agora da decisão do governo*

A Confederação Nacional dos Bancários e os coordenadores das Comissões dos Empregados entregaram documento às direções do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, exigindo o cumprimento do acordo a ser firmado com a Fenaban. A recepção aos sindicalistas foi boa, mas os representantes dos bancos federais deixaram claro que a decisão de integrar a mesa única de negociação é exclusivamente do governo. O presidente da CNB/CUT e coordenador da Executiva Nacional dos Bancários, Vagner Freitas, que participou da entrega do documento no BB e na CEF, disse que os bancários vão procurar os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, aos quais estão vinculados os bancos federais, para exigir a mesa única de negociação.

Na Caixa Econômica Federal, os sindicalistas foram recebidos pelo presidente Jorge Mattoso, os vice-presidentes Paulo Bretas e Carlos Borges e os gerentes

de negociação Luiz Cuiabano e Beto Moskovich. No Banco do Brasil, o documento foi entregue ao vice-presidente de Gestão de Pessoas, Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza, que comprometeu-se a levar a reivindicação dos trabalhadores ao Conselho Diretor do BB, para análise e deliberação, bem como de encaminhar o assunto ao governo.

Funcionários aprovam unificação

A retomada da mesa única de negociação é uma reivindicação antiga da categoria e conta com a aprovação formal dos bancários do BB e da CEF. A proposta foi aprovada no Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal, que reuniu 317 delegados, de 25 a 27 de julho, em São Paulo, bem como no Congresso Nacional dos Funcionários do BB, realizado no mesmo período, com 270 delegados, também na capital paulista.

O objetivo é que os bancos estatais apliquem o índice de reajuste negociado com a Fenaban e passem a cumprir o acordo coletivo de trabalho, de modo que a categoria bancária, seja de bancos públicos ou privados, opere sob as mesmas regras. O índice de reajuste aprovado é de 21,58%, que valerá para todos os bancários. As perdas passadas serão debatidas com o banco em negociações específicas, retomando os moldes de negociação praticados até 1985, quando todos bancos decidiam em conjunto. A partir daí, os próprios bancos empenharam-se em separar a categoria bancária com único intuito de enfraquecê-la. A investida se tornou mais forte no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que apostou todas as fichas na privatização das instituições financeiras públicas.

Banqueiros insistem na intransigência

Na rodada do dia 14, a Fenaban negou todas as reivindicações dos bancários. Insistiu no argumento de que há dificuldade em recompor perdas passadas, repetiu o discurso de anos anteriores, afirmando que a categoria bancária estaria indexando a economia e que a perspectiva futura é de inflação inferior. E disse não para cada uma das cláusulas da minuta mínima da pauta de reivindicações, como o piso de ingresso pelo salário mínimo do Dieese, mudança no critério de pagamento da PLR, fundo de previdência complementar, produtividade, correspondentes bancários, auxílios - em especial o de alimentação, isenção de tarifas, assistência médica, garantia de emprego, livre acesso de dirigentes, proteção salarial e outras.

Em relação à jornada, os banqueiros defenderam a discussão de uma proposta de contratação diferenciada, enquanto o movimento sindical reafirmou sua proposta de redução da jornada para cinco horas com dois turnos de trabalho e ampliação do horário de atendimento à população. E diante da utilização de estagiários para funções de bancários - há bancos com até 30% de seus quadros sendo ocupados por estagiários



- a Fenaban afirmou que enviará correspondência aos bancos recomendando o cumprimento da Lei. É preciso que os bancos reavaliem sua posição, parem de dizer não e apresentem propostas coerentes com as reivindicações da categoria. Até lá, vamos manter a mobilização. A terceira rodada de negociações acontece no dia 22 de agosto.

Bancários gaúchos entregam minuta

Depois do ato público realizado no centro da capital gaúcha, no Dia do vermelho, 14 de agosto, a Federação dos Bancários e representantes de todos Sindicatos do Estado entregaram a Minuta Mínima Unificada e Aditiva do RS da campanha salarial 2003 ao Sindicato dos Bancos no Estado. O documento, contendo as reivindicações específicas do estado, foi recebido pelo advogado do sindicato patronal, Emílio Papaleo Zim e a secretária executiva Ana Maria Cidade, sem a presença dos dirigentes dos bancos. Além de entregar a minuta, os diretores do Sindicato cobraram uma resposta do sindicato patronal em relação à formação de um fórum de segurança bancária, proposto através de documento encaminhado durante reunião com o presidente do sindicato dos Bancos, Flávio do Couto e Silva em 27 de junho. Na ocasião, Silva prometeu responder até dia 10 de julho, mas até agora não se manifestou.

Financeiras do RS oferecem 18,32

O Sindicato Patronal das Financeiras ofereceu 18,32% de reajuste depois de sinalizar com o reajuste de 19,64%. Como se não bastasse o recuo na proposta de índice, o Sindicato Patronal negou qualquer possibilidade de instituir a cesta alimentação e melhorar a Participação nos Lucros e Resultados durante a reunião do dia 12.

A maior resistência em melhorar as propostas foi por parte do representante da Sicredi, que considerou que os valores oferecidos estão de acordo com o mercado, no que foi contestado pelos representantes dos empregados. A reunião terminou sem acordo.

MOBILIZAÇÃO

Bancários vão às ruas denunciar ganância de banqueiros

Donos dos resultados mais festejados nos últimos anos, banqueiros pouco valorizam seus funcionários e seus clientes



Dia do Vermelho mobilizou bancários do sul ao norte do país

Depois do Dia do Vermelho - 14 de agosto, que mobilizou funcionários de bancos públicos e privados em vários pontos do país, os bancários foram destaque na passeata de lançamento da Campanha Salarial Unificada 2003, que reuniu várias categorias com data-base no segundo semestre na Av. Paulista, no dia 15. Eles desfilaram na avenida munidos de uma enorme alegoria, com mar e tubarão, representando a ganância dos banqueiros. Também distribuíram o Jornal do Cliente, publicação dirigida aos correntistas dos bancos, no qual são denunciadas as altas tarifas e juros cobrados pelas instituições sem que isso resulte em atendimento de qualidade ou se observe qualquer contrapartida à sociedade.

Com isso, mostraram que o tratamento que os bancos dispensam aos seus clientes, principalmente aqueles que formam a maioria: correntistas sem grandes aplicações financeiras, que muitas vezes dependem de empréstimos ou precisam recorrer ao cheque especial, pagando por isso juros altíssimos.

A mobilização prosseguiu com a "Semana de Combate à Ganância", que teve manifestações nos dias 19, 20 e 21. E segue com novas atividades. O dia 26 será marcado por atividades de às altas taxas de juros e tarifas, no dia 26, e com o Dia Nacional de Luta, no dia 28, Dia do Bancário. Para setembro, o calendário da mobilização prevê manifestações de respeito aos clientes, no dia 2, reservando o dia 4 para o Grito da Terra.

Sindicato reverte demissão de banespiano prestes a se aposentar

Funcionário da agência Caxias do Sul foi demitido no dia 4 de agosto, com o pedido de aposentadoria já protocolado no INSS. O Sindicato interferiu e conseguiu cancelar a demissão

A aposentadoria de Valdomiro Didone só não havia sido consolidada porque os funcionários do INSS estavam em greve, pois o pedido já tinha sido protocolado. Mesmo assim, a gerência do Banespa em Caxias do Sul encaminhou a demissão do funcionário, que trabalhava na agência há 19 anos primeiro como motorista, depois como escriturário. O motivo alegado foi problemas de desempenho.

"Felizmente, conseguimos reverter a situação", comemora o diretor do Sindicato de Caxias do Sul e Região Nelson Bebbber, que encaminhou uma carta ao superintendente de Relações Sindicais do Santander Banespa, Gilberto Trazzi Canteras, propondo a

reintegração imediata do funcionário. O documento foi entregue no dia seis e no dia oito Canteras anunciou o cancelamento da demissão. Didone ficará liberado do trabalho até o INSS efetivar a sua aposentadoria, cujo pedido foi protocolado no dia 11 de junho. "Esta demissão de última hora deixou todos frustrados", diz Bebbber. Mas, "serviu para mostrar que nós não aceitamos qualquer coisa, que vamos nos manter organizados, lutando por nossos direitos, através das entidades. A mudança de posição do banco é uma vitória para todos os funcionários, principalmente para aqueles que estão próximos da aposentadoria", salienta o sindicalista.

Sindicalistas cobram soluções do Grupo Santander

Agendada no início do ano e adiada por várias vezes, a reunião entre dirigentes sindicais e representantes do Santander/Banespa para discutir os problemas enfrentados pelos trabalhadores e aposentados do grupo, em especial do Meridional, foi, finalmente, realizada, no dia seis. A reunião contou com a presença de diretores do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, Federação dos Bancários do RS, Sindicatos dos Bancários de Caxias do Sul,

Vale do Paranhana e Litoral Norte, Afabm e Agabesp. Eles entregaram um documento ao superintendente de Relações Sindicais do Grupo Santander Banespa, Gilberto Trazzi Canteras, chamando a atenção do banco para temas como emprego, jornada de trabalho, saúde, assédio moral e segurança, e apresentando as reivindicações. Canteras prometeu novo encontro para início de outubro, a fim de responder às reivindicações apresentadas. Veja quais são no box ao lado.

Reivindicações dos funcionários do Santander/Banespa

- Fim das demissões imotivadas
- Contratação dos terceirizados, cooperativados e estagiários que exercem funções típicas de bancários
- Anotação do horário efetivamente trabalhado, fim das cotas de horas extras para as agências e pagamento integral de todas as horas extras realizadas
- Afastamento imediato do médico coordenador do PCMSO do Santander Meridional, José Angelo Bezerra Silva, por suas posturas de desrespeito aos trabalhadores
- Comunicação ao INSS da ocorrência de acidente e de doenças do trabalho e profissionais, constatadas ou que sejam objeto de suspeita, até o primeiro dia útil seguinte
- Garantia de livre acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho
- Isenção de tarifas e redução das taxas de juros para funcionários e aposentados
- Constituição de uma comissão bipartite para debater o Projeto Altair
- Combate ao assédio moral
- Comprimento de leis municipais, como a das portas giratórias, e melhoria das instalações de segurança das agências
- Constituição de uma mesa de negociação permanente para discutir os problemas dos funcionários do Santander Brasil e Meridional, nos moldes do Comitê de Relações Trabalhistas do Banespa
- Fim da protelação de decisões judiciais dos aposentados do Meridional, visto que muitos colegas estão falecendo sem receber o pagamento de seus direitos
- Reajuste das complementações de aposentadoria do pessoal pré-75 do Banespa, conforme assegura a Resolução 118 do Senado Federal
- Extensão aos aposentados do Meridional do plano de assistência médica dos funcionários (Unimed) e das cláusulas econômicas da convenção coletiva firmada com a Fenaban.

MAIS PRESSÃO É A SOLUÇÃO



A paralisação do funcionalismo do BB, no dia 18, remeteu aos velhos tempos de luta: envolveu todas as agências, concentrando mais de 300 bancários na agência centro



No dia 23, bancários ...



... organizados em piquetes ...



... fecharam as portas dos ...



... bancos privados do centro da cidade.

Caxias do Sul está fazendo a sua parte na campanha salarial nacional dos bancários. No dia 18, todas as agências do BB permaneceram fechadas até o meio-dia. No dia 23, a paralisação chegou aos bancos privados, atingindo as agências Bradesco, Unibanco, Santander, Meridional, Safra, Itaú e BCN, todas instaladas no centro da cidade. Agora, em outubro, precisamos aumentar nossa participação, pois só uma grande mobilização nacional poderá fazer com que os banqueiros deixem o cinismo de lado e apresentem uma proposta de reajuste que seja, no mínimo, decente.

Com um aumento de 122% nos lucros nos últimos três anos (referente aos 11 maiores bancos), não dá para aceitar a proposta "limite" dos banqueiros. Há dois meses, eles insistem no índice de 10%, chamam a inflação de "bolha" e se negam a repor as perdas dos últimos 12 meses. O índice apresentado não chega à metade dos 21,58% reivindicados pelos bancários e está muito longe dos 18% de inflação, medida pelo INPC. Vamos chamar os banqueiros à responsabilidade social. O que eles chamam de "bolha" é uma queda real de poder aquisitivo, só recuperável com reajuste digno. O que eles querem é emperrar as negociações para desesperar os bancários, que esperam a PLR para saldar suas contas.

Se não houver proposta satisfatória não é porque os bancos não podem, mas porque não querem. Vem aí uma nova rodada de paralisações. Participe! A pressão ainda é o melhor argumento contra a ganância sem limites.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS BANCÁRIOS

(vinculados a bancos privados e públicos)
DIA 01, QUARTA-FEIRA, às 18:00 hs

PAUTA: Avaliação da campanha salarial e PARALISAÇÃO de 24 horas no dia 2.

LOCAL: Auditório do Sindicato
Av. Borges de Medeiros, 676, 3º andar

PARTICIPE!

Empregados do BB e da CEF exigem cumprimento da Convenção Coletiva

A pauta de reivindicações unificada foi entregue no dia cinco de agosto, mas até agora nenhum dos dois bancos se manifestou sobre índices de reajuste

Após oito anos de congelamento salarial, os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal exigem um reajuste que devolva aos salários, pelo menos, as perdas acumuladas com a inflação. Durante a paralisação no BB do dia 18, mais de 2.500 funcionários saíram em passeata em direção ao Ministério da Fazenda, onde o Sindicato dos Bancários de Brasília entregou carta dirigida ao ministro Antonio Palocci reivindicando que autorize o BB, a Caixa, o BNB e o Basa a aderirem à Convenção Coletiva da categoria que está sendo negociada entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Fenaban.

Como o ministro estava em viagem, os sindicalistas foram recebidos pelo secretário-executivo do Ministério, Bernard Appy, ministro interino, que também é presidente do Conselho de Administração do BB. "Cada banco tem a sua particularidade. As direções é que sabem o que podem ou não podem conceder", respondeu Appy.

As direções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal não têm participado da mesa única de negociações. O BB, pelo menos, assinou um pré-acordo, se comprometendo a aplicar acordos ou convenções assinados com a CNB aos funcionários

do BB vinculados a bases sindicais ligadas à CNB e à Comissão de Empresa. Mas não tem interferido nas negociações. A Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) e a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil entregaram carta ao presidente do BB, Cássio Casseb, cobrando que ele faça gestões junto ao Ministério da Fazenda e ao governo, a fim de atender às reivindicações do funcionalismo. A carta menciona o bom desempenho do banco no primeiro semestre deste ano, como o lucro líquido (R\$ 1,097 milhão) e o crescimento em todas as áreas.

Já, a CEF tem ignorado a decisão tomada pelos empregados no XIX Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), de participar da Campanha Salarial Unificada. O vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Roberto Bretas lançou nota afirmando que a CNB não tem "respondido" aos chamados da Caixa para negociar, desconsiderando a realidade da campanha unificada. Tanto a CEF como o BB foram chamados a participar da mesa única de negociações há cerca de dois meses, quando a minuta única foi entregue à Fenaban. A categoria está ciente e apóia a estratégia de união nesta campanha, mas a direção da CEF parece não reconhecer o fato.

Trocar índice por abono: caminho do empobrecimento

Consciente das dificuldades financeiras enfrentadas pelos bancários, a Fenaban tenta trocar reajuste por abono. Junto com o despropositado índice de 10%, sua proposta inclui abono de R\$ 1.320. O valor pode até livrar algumas dívidas do mês, mas, sem o reajuste que acompanha a inflação, é uma cilada que atrairá novas dívidas.

Os limites do cheque especial e do cartão de crédito já entraram para o orçamento dos bancários há muito tempo. Num cruel círculo vicioso, o

trabalhador fica aprisionado a dívidas com altas taxas de juros para poder fechar o mês e atender às mínimas necessidades de suas famílias. Fica devendo para o patrão, e tudo que recebe como pagamento pelo seu trabalho acaba voltando para o cofre dos banqueiros.

Por isso, a Executiva Nacional dos Bancários insiste, na mesa de negociação com os banqueiros, para que os salários sejam reajustados em pelo menos 18%, próximo da inflação medida pelo INPC para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003.

Histórico da intransigência

A minuta com a pauta de reivindicações foi entregue à Fenaban no dia 31 de julho. De lá para cá, já aconteceram seis rodadas de negociação. Mas, a intenção de negociar existe apenas de parte dos bancários. A postura da Fenaban tem sido a intransigência e o desrespeito para com os bancários.

08 de agosto: Fenaban e Executiva Nacional dos Bancários, com representantes das comissões do BB e CEF estabelecem calendário e procedimentos das negociações.

14 de agosto: Fenaban diz que bancos têm dificuldade para repor perdas passadas e não apresentaram nenhum índice de reajuste. Representantes dos bancários repassam cada uma das cláusulas da minuta mínima. Fenaban diz não para quase todas.

22 de agosto: Fenaban oferece reajuste de 9%, menos da metade da inflação medida pelo INPC (18,32%), índice que os próprios banqueiros trabalham.

26 de agosto: Fenaban faz sua proposta para "fechar acordo": 10% de reajuste, mais abono de R\$ 1.320,00.

08 de setembro: banqueiros voltam a alegar que os bancos não têm condições de pagar o índice reivindicado.

19 de setembro: Fenaban insiste na proposta apresentada: 10% mais abono de R\$ 1.320,00

25 de setembro: Fenaban desrespeita bancários e cancela reunião.

A quem os bancos acreditam que enganam?

Afirmar que os bancos não têm condições de pagar o índice que está sendo reivindicado soa como piada ou provocação. Todo mundo sabe que os lucros bancários são astronômicos, alcançando cifras inacreditáveis nos últimos anos, às custas da exploração de clientes - sobrecarregados com juros e tarifas crescentes, e dos funcionários - encurralados pelo acúmulo de funções e por metas de produtividade cada vez maiores. Segue, abaixo, alguns números desse setor, que coloca 10% de reajuste como limite de sua capacidade.

- O sistema financeiro nacional atingiu um lucro líquido de R\$ 7 bilhões, apenas nos cinco primeiros meses de 2003.

- Em 2002, os 50 maiores bancos que atuam no Brasil tiveram lucro líquido da ordem de US\$ 5,74 bilhões, valor quatro vezes superior aos lucros das 50 maiores empresas brasileiras dos segmentos de indústria, comércio e serviços, que acumularam US\$ 1,34 bilhão no ano passado. É o que mostra um levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras para o suplemento Melhores e Maiores 2003, publicada pela revista Exame.

- Nos últimos dez anos, a média anual de lucro dos bancos subiu de R\$ 200 milhões para R\$ 1,5 bilhão.

Será que dá para repor as perdas de seus funcionários?

Isso é lucro abusivo

O brasileiro que depositou R\$ 100,00 em uma caderneta de poupança no dia 1º de junho de 1994, quando entrou em vigor o Plano Real, teria hoje R\$ 374,00. Ou seja, o valor de quatro pneus. Já, o brasileiro que, na mesma data, devia R\$ 100,00 de cheque especial e não pagou, teria de desembolsar hoje R\$ 139.900,00. É o valor de 8 veículos populares.

Expediente

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiação a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747
E-mail: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.400 exemplares

Base Territorial:

Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Voz do Bancário

Bancários do BB e CEF conseguem maior reajuste em oito anos

Paralisações resgatam a tradição de luta e funcionários conquistam pela primeira vez, desde 1994, o mesmo índice dos demais bancários

A campanha salarial dos bancários deste ano ficará na história. Após 12 anos de tímidas manifestações, os bancários voltaram a paralisar suas atividades, mostrando unidade e disposição de luta na defesa de seus direitos. O movimento unificado alcançou conquistas importantes, como o cumprimento da convenção coletiva dos bancários na íntegra, por parte do Banco do Brasil, e um acordo que avança rumo ao cumprimento da mesma, por parte da Caixa Econômica

Federal, com reajuste de 12,6%, Participação nos Lucros e Resultados, cesta alimentação e abono, isonomia para os novos funcionários e reconhecimento dos delegados sindicais, além do atendimento de reivindicações específicas.

A mobilização teve início em meados de agosto, com paralisações a partir de setembro no BB e também nos bancos privados, onde foram realizados piquetes. Mas ganhou força em outubro, com as greves dos empregados do BB, do dia 14 ao dia 16, e da Caixa, que

se estendeu até o dia 22, fechando agências em todo o Brasil, das capitais ao interior dos estados. No Rio Grande do Sul, a greve parou mais de 160 agências da CEF e 100 do BB.

Aqui na serra gaúcha, a greve paralisou as sete agências e os três departamentos que o BB mantém na cidade, bem como as cinco agências e um departamento da Caixa de Caxias, além das agências desses bancos instaladas nos municípios da base territorial do nosso Sindicato: Garibaldi, Farroupilha, Antônio Prado,

São Marcos, Canela, Gramado, Flores da Cunha e Veranópolis. Só os bancários de Nova Petrópolis deixaram de aderir à greve. Em Caxias do Sul, a greve da Caixa teve início no dia 17, enquanto a do BB acompanhou o movimento nacional desde o primeiro dia. Já, a paralisação nos bancos privados da nossa base territorial, em 23 de setembro, ficou restrita a Caxias do Sul, nos bancos Bradesco, Santander, Meridional, Safra, Itaú e BCN, todas no centro da cidade.

Resultado confirma sucesso da unificação da campanha

A força dos bancários nesta campanha salarial mostra que a estratégia de unificação da campanha, com a finalidade de obter uma única convenção coletiva de trabalho para a categoria, foi uma decisão acertada, ainda que o índice reivindicado não tenha sido alcançado. A estratégia, aprovada nos congressos estaduais dos bancários, referendada no IV Congresso da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) e nos congressos nacionais dos empregados da CEF e do BB, realizados em julho, em São Paulo, acabou com um dos maiores trunfos dos banqueiros: a fragmentação da categoria.

Empenhados em manter os bancários divididos, nos oito anos do governo anterior, as direções dos bancos públicos federais se negavam a reconhecer os sindicatos vinculados à CNB/CUT, que representam 90% da categoria, como interlocutores nas negociações. O isolamento dos bancos públicos levou à política de reajuste zero ou índices infinitamente menores que os concedidos ao restante dos bancários, provocando um arrocho salarial sem precedentes. A título de comparação, de 1996 a 2002, a Convenção Coletiva garantiu reajuste acumulado de 50,31% aos empregados de bancos privados, enquanto os salários na Caixa tiveram reajuste de 6,05% e no BB de 8,92%. Já, a inflação no período foi de 63,28%, conforme o INPC/IBGE.



Funcionários do BB em Caxias sustentaram a greve nacional, de 14 a 16 de outubro



Greve paralisou 13 das 14 agências da Caixa da nossa base territorial

Bancos privados

Acordo com Fenaban já está em vigor

Bancários conseguem 12,6% de reajuste

O acordo entre os representantes dos bancários e a Federação Nacional dos Bancos para a Convenção Coletiva 2003/2004, a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e as convenções aditivas foi assinado no dia 10 de outubro. O acordo foi aceito pela categoria em assembleias realizadas no

dia sete de outubro, depois das paralisações que fizeram com que os banqueiros avançassem de uma proposta de 9% de reajuste para 12,6%. Um abono de R\$ 1.500,00 e a antecipação da primeira parcela da PLR, que corresponde à metade de 80% do salário mais R\$ 325,00 com limite de

R\$ 2.308,50, já foi paga pelos bancos. A segunda parcela da PLR, no mesmo valor, será creditada até o dia três de março de 2004, como nos anos anteriores. O valor total da PLR está limitado a R\$ 4.617,00. A cesta-alimentação aumentou 22,17% : de R\$ 163,70 para R\$ 200,00.

Quadro de Pisos e Verbas Fenaban convenção coletiva 2003/2004

REAJUSTE SALARIAL:	
O reajuste será sobre os salários e demais verbas de natureza salarial praticadas no mês de AGO/2003	12,6%
PLR - Participação nos Lucros ou Resultados	80% sobre a remuneração total + R\$ 650,00 Limite: R\$ 4.617,00 Pagto. até 03/03/2004
ANTECIPAÇÃO - Os Bancos pagarão até 10 dias úteis da data da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.	40% sobre a remuneração total + R\$ 325,00 Limite: R\$ 2.308,50
ABONO ÚNICO	R\$ 1.500,00
SALÁRIO APÓS 90 DIAS DA ADMISSÃO	
a) Pessoal de Portaria	R\$ 481,22
b) Pessoal de Escritório	R\$ 702,66
c) Caixa/Tesoureiro e Outros	R\$ 702,66
d) Os Tesoueiros, Caixas e outros empregados de Tesouraria receberão mensalmente a remuneração total mínima de:	R\$ 992,91 (Salário: R\$702,66 + Gratificação de Caixa R\$197,06 + Outras Verbas R\$93,19)
Gratificação de Caixa	R\$ 197,06
Outras Verbas somente para Caixas com + de 90 dias	R\$ 93,19
OUTRAS VERBAS	
Ajuda para Deslocamento Noturno	R\$ 40,25
Anuênio	R\$ 11,47
Auxílio-Creche/Babá/Filhos	R\$ 143,76
Auxílio-Cesta Alimentação	R\$ 200,00
Auxílio-Refeição	R\$ 11,67
Auxílio-Funeral	R\$ 385,62
Gratificação de Compensador	R\$ 65,31
Indenização por assalto ou por morte	R\$ 57.501,86
Requalificação	R\$ 574,70

Sindicato completa 68 anos

O mês de aniversário do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, fundado em 24 de outubro de 1935, foi marcado por mais uma luta histórica, como outras que integram a trajetória da entidade. Funcionários da Caixa e do

Banco do Brasil são reconhecidos como bancários após as greves que atingiram todo o país e pararam as agências de Caxias do Sul e dos municípios que compõem a base territorial do Sindicato.

Banrisul

Encontro nacional acontece no fim do mês

O 13º Encontro Nacional dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul será nos dias 29 e 30 de novembro, em Porto Alegre ou outra cidade da Região Metropolitana. Na pauta do encontro constam o novo plano de cargos e salários, Fundação, Cabergs, operadores de negócios e saúde. A direção do banco garantiu o cumprimento da convenção coletiva da categoria. Em função da intervenção do Comando dos

Funcionários, o banco concordou em reajustar a cesta-alimentação em 22,17%, mas a intenção inicial da diretoria era aplicar somente 12,6%. O cheque-rancho passará para R\$ 293,76. Apesar do banco não ter aceitado a distribuição de 15% do lucro como PLR linear, a proposta do Banrisul garante o pagamento antecipado, até o dia 5 de novembro, da segunda e última parcela de 40% do salário.

Funcionários do Itaú conquistam plano inédito de saúde

Após muita negociação com a direção do banco, a CNB/CUT e a direção do Itaú assinaram, no dia 23, acordo sobre o plano de saúde, aprovado em assembleia pela grande maioria dos sindicatos. Trata-se de um fato inédito, que transforma em direito o que antes era mais um benefício concedido pelo banco. O acordo garante internação em apartamento até para o plano básico, fator moderador somente a partir da sétima consulta, exclusão do fator moderador para exames e inclusão de cobertura

odontológica, que era uma antiga reivindicação dos funcionários. O custo mensal desse plano será de 3,5% da remuneração, para salários até R\$ 2.100, e de até 5% para as demais faixas, limitados a R\$ 92,50. Além disso, existe a possibilidade de incluir novos agregados com custo menor do que o de mercado. Mas, uma das principais conquistas dos funcionários em relação ao plano está na comissão de acompanhamento, que poderá corrigir possíveis distorções do novo modelo.

ABN Amro Real não garante emprego aos funcionários do Sudameris

O ABN Amro Real liquidou, em 28 de outubro, o pagamento do banco Sudameris Brasil, no valor de R\$ 2,19 bilhões, pagos em dinheiro e ações. Já, o processo de integração das

estruturas se estende até o final de 2004. A direção do banco informou que não pode garantir o emprego dos funcionários do banco incorporado.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 - e-mail: seebcxs@visao.com.br

Coordenadores de Secretarias:
Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização*
Alexandre Rizzi - *Secretaria de Movimentos Sociais*
Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues - *Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer*
Gelso Fernando Marcon - *Secretaria de Formação*
Pedro Justino Incerti - *Secretaria de Política Sindical*

Vaine Terezinha Andreguete - *Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração*
Vilmar José Castagna - *Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho*
Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Coordenação: Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa*

Edição: Heloisa Mezzalana - *Quinta Essência Comunicação & Marketing*
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares
Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul,

Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935.

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Bancos reconhecem sindicatos como interlocutores

Greve vitoriosa no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

BB aplica convenção coletiva e a CEF avança na mesma direção

Os acordos assinados com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal cumprem, a partir de agora, com o que está estabelecido no artigo 8º da Constituição Federal: a presença dos sindicatos de base nas negociações. Além disso, garantem sua abrangência para os sindicatos signatários e, o que é mais importante, reconhecem os sindicatos e a Confederação Nacional dos Bancários - (CNB/CUT) como legítimos representantes dos funcionários. Garantem ainda que os bancários de cada base sejam representados pelos sindicatos respectivos. Ou seja, os bancos se comprometem a

não aplicar para os funcionários do BB e CEF vinculados a bases sindicais ligadas à CNB e à Comissão de Empresa, acordos ou convenções negociadas em outras mesas.

O protocolo do Acordo Coletivo, assinado pelo Banco do Brasil e os representantes dos funcionários, no dia 22, obriga a empresa a cumprir a Convenção Coletiva da categoria bancária em sua totalidade, além de contemplar reivindicações específicas importantes para o funcionalismo. O acordo contempla a remuneração dos comissionados, para os quais o reajuste de salário, até então, era

definido unilateralmente pelo banco, concedendo o mesmo reajuste de 12,6%, aos 81 mil funcionários da instituição.

Na Caixa Econômica Federal, a Convenção Coletiva, assinada no dia primeiro de novembro, prevê reajuste de 12,6% sobre o salário padrão e cargos comissionados/função de confiança. Já, os cargos da carreira técnica e de assessoramento ficaram com um reajuste de 10%, enquanto os cargos da carreira gerencial, de assessoramento estratégico e da carreira negocial ficaram com 5%.

O importante, agora, é dar continuidade à luta pelas

questões que ficaram pendentes. "Encerrar a greve com uma vitória deixa os sindicatos e o funcionalismo em condições de lutar permanentemente por suas reivindicações", afirma a nota assinada pela Executiva Nacional dos Bancários e pela Comissão de Empresa dos Funcionários do BB. Grupos de trabalho já estão discutindo PCS e PCC, o início da isonomia de tratamento, o fim do banco de horas, cesta alimentação da categoria e a retomada imediata do estatuto da Previ, entre outras questões que não foram contempladas no acordo do Banco do Brasil.

"Embora as reivin-

dicações não tenham sido atendidas em sua plenitude, há avanços importantes a serem considerados e o acúmulo obtido no processo de greve permitirá o avanço nas negociações permanentes, buscando soluções para problemas históricos que afligem os empregados da Caixa", avalia nota emitida pela Executiva Nacional dos Bancários/Confederação Nacional dos Bancários-CUT e Comissão de Empregados da Caixa. O acordo com a Caixa também prevê grupos de trabalho para questões que ficaram pendentes. Veja abaixo, os principais itens dos dois acordos:

Banco do Brasil

- Reajuste de 12,6% sobre todas as verbas salariais, inclusive o VR para comissionados, excetuando somente a verba Diferencial de Mercado, paga a menos de 1000 bancários do BB.
- Reajuste de 12,6% no auxílio refeição (R\$ 11,67), auxílio creche (R\$ 143,75) e indenização por morte e invalidez decorrente de assalto.
- Cesta alimentação de R\$ 200,00.
- Abono de R\$ 1.500,00.
- PLR, relativa ao primeiro semestre de 2003, de 40% do salário, mais valor fixo de R\$ 325,00, com teto de R\$ 2.308,50, paga em até 10 dias após a assinatura do acordo, a todos os trabalhadores. A negociação da PLR relativa ao segundo semestre deste ano será negociada no início do próximo ano.
- Isonomia: extensão, para os novos funcionários, do PAS/financiamento para aquisição de óculos e tratamento dentário, LAPEF (licença para acompanhar familiar enfermo) e 5 faltas abonadas por ano, sem direito a conversão em espécie.
- Banco de horas: Acaba o banco de horas e o BB se compromete a pagar todas as horas extras feitas nas dependências com até dez funcionários e, nas demais, metade das horas será paga como extra e a outra metade será compensada, ambas com adicional de 50%.
- Estatuto da Previ: a Comissão de Empresa apresenta proposta de novo estatuto, com 30 dias de prazo para negociação.
- PCC e PCS: instalação de grupo de trabalho paritário, com prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, para debater um novo plano de cargos comissionados e um novo plano de cargos e

salários. Neste grupo, a Comissão de Empresa levará várias questões pendentes, como aumento do piso salarial, valor das comissões, recomposição salarial, critérios democráticos de ascensão e outros pontos de interesse do funcionalismo.

- Grupo de trabalho paritário para discutir questões relativas à Previ, sobretudo benefício mínimo, Parcela Previ e plano de benefício dos novos funcionários, com prazo de 90 dias para término dos trabalhos.
- Grupo de trabalho paritário para resolver questões relativas à Cassi, inclusive a contribuição do banco de 4,5% para os novos funcionários.
- Delegado sindical: reconhecimento dos delegados sindicais, com estabilidade no emprego, na proporção de 1 delegado para cada 80 funcionários em cada base sindical.
- Dirigentes sindicais: liberação de 80 dirigentes sindicais em nível nacional, com ônus para o Banco do Brasil.
- Pausa de 10 minutos a cada hora trabalhada, para os funcionários das salas de auto-atendimento.
- Caixas executivos: o banco se compromete a, até o final de novembro, terminar estudos sobre a incidência de doenças profissionais nos caixas, e iniciar processo de negociação sobre a possibilidade de pausas dos caixas durante o horário de trabalho.
- O adiantamento concedido pelo banco no início de setembro será pago em três parcelas (novembro, dezembro e janeiro).
- O banco mantém as demais cláusulas do acordo vencido no final de agosto, tais como adicional de 50% nas horas extras e no adicional noturno.

Caixa Econômica Federal

- Reajuste salarial de 12,6% sobre o salário padrão e cargos comissionados/função de confiança.
- Tabela salarial de valores de Piso de Mercado: 10% de reajuste para os cargos da carreira técnica e de assessoramento; 5% para os cargos da carreira gerencial e de assessoramento estratégico (Matriz e Filiais) e da carreira negocial; Extinção do mercado "D" da carreira negocial e reequilíbrio no mercado "C".
- Abono de R\$ 1.500,00, pago no máximo 10 dias após a assinatura do acordo.
- Auxílio alimentação/refeição de R\$ 11,67.
- Auxílio cesta-alimentação de R\$ 100,00 (até agosto/2004); em setembro de 2004, será acrescido ao valor de R\$ 100,00, 50% da diferença que houver em relação ao valor da Fenaban (já reajustado). Em setembro de 2005, o valor será igualado ao da Fenaban.
- Participação nos Lucros e Resultados de R\$ 650,00 acrescidos de 80% da remuneração-base (não incluindo o CTVA). Pagamento de 50% em novembro de 2003 e 50% em março de 2004.
- Ausência Permitida: 5 dias, sem possibilidade de conversão em espécie, para os admitidos após 19 de março de 1997.
- Parcelamento de Adiantamento de Férias: em até 5 vezes para admitidos após 19 de março de 97.

- Programa de elevação do nível de escolaridade modalidade graduação: aumento do quantitativo para 1.300 empregados.
- Implantação do programa de elevação do nível de escolaridade modalidade sequencial.
- Juros de cheque especial: Inclusão dos empregados da Caixa no programa de relacionamento para redução dos juros de cheque especial, com inclusão na faixa 6.
- Grupos de Trabalho para: avaliação, caso a caso, das demissões pela RH 008; discussão sobre PSI; acompanhamento da implantação do novo PCS; discussão do SIPON/horas extras; segurança bancária.
- Continuidade do GT Saúde.
- Reconhecimento dos delegados sindicais.
- Conversão da Licença-Prêmio/APIP até 30 dias.
- Liberação de 80 dirigentes sindicais.
- 12,6% sobre as demais verbas (auxílio-creche, indenização em caso de assalto, etc).

Assembléias aprovam acordos

Com as negociações realizadas pelos Sindicatos, as decisões, de greve e da aprovação do acordo, ficaram a cargo das assembléias dos empregados realizadas nos sindicatos de todo o país. No nosso sindicato, as assembléias que encerraram a

greve aconteceram nos dias 16, para os funcionários do BB, e 22, para os empregados da CEF. Já, as assembléias que deflagraram a greve no BB aconteceram no auditório do sindicato, no dia 13, e em frente à agência central da CEF de Caxias do Sul, no dia 16.

Os dois bancos passaram a reconhecer os delegados sindicais a partir da assinatura do acordo, na Caixa, e do protocolo de acordo, no BB. Fundamentais para a organização no local de trabalho, os delegados sindicais tiveram suas

prerrogativas suspensas em 1999, quando perderam a condição de estabilidade e irremovibilidade. No entanto, a presença de delegados nas agências é relevante para garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores. Eles funcionam

como elo entre o Sindicato e os bancários nas unidades de trabalho, fiscalizando direitos, informando sobre negociações e organizando os trabalhadores. O acordo dá estabilidade no emprego, com mandato até agosto de 2004.

Delegados Sindicais são reconhecidos

CUT firma convenção com bancos para realizar empréstimos sob consignação

Convênio vai permitir empréstimos com juros menores a trabalhadores sindicalizados nas entidades filiadas à Central

Os empréstimos com desconto em folha terão prazos para pagamento de 6 a 36 meses, com limites entre R\$ 100 e R\$ 40 mil. Para os trabalhadores sindicalizados em entidades filiadas à CUT, os juros variam de 1,75% a 2,6% ao mês, e de 2% a 3,3% ao mês para não sindicalizados. Nos dois casos, os juros ficam abaixo das modalidades habituais de empréstimo disponíveis no mercado, que variam de 6,08% a 13,01% ao

mês, e abaixo também dos juros estipulados para o microfinanciamento. O trabalhador que optar por disponibilizar parte de suas verbas rescisórias como garantia da operação de crédito, para o caso de vir a ser demitido durante a vigência do contrato de crédito firmado com o banco, garante os juros mais baixos.

A previsão é de que o novo serviço entre em operação num prazo de 60 a 120 dias, a contar da data de assinatura dos

convênios. Os primeiros acordos foram assinados no dia 24, pelo presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Luiz Marinho, e os diretores do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e de seis bancos privados. Mais tarde, novos convênios foram firmados, totalizando 19 instituições, tendo sido selecionadas em concorrência pública as que apresentaram as melhores propostas para a operação.

Trabalhador ganha direito de escolha

Poucas conquistas na relação capital e trabalho nos últimos anos terão tanta importância para os trabalhadores quanto o direito de dispor de seu holerite como aval para operações bancárias. Até o advento da MP 130, editada pelo governo Lula, a escolha da instituição financeira ficava por conta do empregador. Agora, as empresas são obrigadas a colocar as folhas de pagamento à disposição dos próprios

trabalhadores para que possam avaliar suas operações de crédito junto ao banco de sua preferência.

Bancos credenciados

Banco do Brasil
Caixa Econômica Federal
Bradesco
Real, Sudameris e Banco de Pernambuco (ABN)
Safra

HSBC
Santander/Banespa
Alfa
BMG
Mercantil
Losango (Loyds)
Rural
Sofisa
Panamericano
Guilton
Banco RS
Financeira Banco V.R.

Síntese do Acordo

Sindicalização	Consignação de verbas rescisórias	Prazo (meses) e taxas máximas de juros (% ao mês)				TAC máxima (R\$)
		Até 6 meses	7 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	
Trabalhadores sindicalizados	Com consignação	1,75%	2,0%	2,3%	2,6%	10,00
	Sem consignação	1,85%	2,1%	2,4%	2,8%	
Trabalhadores não sindicalizados	Com e Sem consignação	2,0 % à 3,3 %				20,00

Quem pode fazer o acordo

O acordo prevê, em sua cláusula segunda, que, conforme a MP 130 e o decreto 4.840, serão beneficiários das operações financeiras todos os empregados de empresas privadas e servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e de seus respectivos órgãos em regime de trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que:

- Têm contrato de trabalho com mais de 6 meses de efetivo exercício.
- Aposentados por tempo de serviço, desde que seus rendimentos sejam pagos pelo ex-empregador.

• Pensionistas, desde que esta condição seja decorrente de morte do empregado e que seus proventos sejam pagos pelo ex-empregador.

• Têm contrato de trabalho com duração remanescente superior ao prazo previsto para liquidação do empréstimo, após cumpridos os 6 meses de efetivo exercício.

• Estejam em gozo de licença para tratamento de saúde e que estejam recebendo rendimentos integrais pagos pelo empregador.

3º Copa Futsal dos Bancários: semifinais acontecem no dia 8

Está chegando ao fim mais um campeonato de Futsal dos bancários. No próximo dia 8, a partir das 10h, no ginásio da AAB, quatro equipes disputarão a participação nos jogos finais, agendados para o dia 22 de novembro, também no ginásio da Associação Atlética Banco do Brasil -

AABB de Caxias do Sul.

Quem disputa os jogos do dia 8

10h00 - Bradesco Centro x Real/Bic/Safra

10h50 - AABB/Banco do Brasil x Unibanco/BBV

Caixa e BB contratam 14 mil funcionários

A medida faz parte de um plano de expansão que visa aumentar número de agências e revisar terceirizações

Das 14 mil novas contratações, guiadas pela política do governo Lula de rever processos de terceirização e aliviar o déficit de quadros gerado por uma década de raros concursos públicos, 9 mil já têm autorização do Ministério do Planejamento a Federal. A iniciativa elevará o número de funcionários da Caixa de 55 mil para 60 mil e de 81 mil para 85 mil no BB. Os bancos públicos estão sendo reforçados para enfrentarem a concorrência das instituições privadas e também para executar políticas de governo para estimular o crescimento, como os programas de microcrédito e de inclusão bancária das camadas mais pobres da população.

A Caixa pretende abrir 500 agências até 2004 e já está

chamando candidatos aprovados em concursos anteriores. O plano de expansão se concentra principalmente nos grandes centros urbanos. A instituição quer recuperar o terreno perdido nas principais capitais do país, onde os grandes bancos aumentaram o número de agências por meio de fusões e aquisições. Mas as contratações também têm o propósito de acabar com a terceirização nos serviços fins, como o atendimento de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), devendo ser mantida em serviços de apoio, como segurança e limpeza. Segundo o presidente da instituição, Jorge Mattoso, a Caixa pretende substituir 17 mil terceirizados ao longo dos quatro anos do governo Lula.

Bancos estatais pretendem compartilhar serviços

Os dois maiores bancos estatais, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, estão lançando uma megaoperação para reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços e melhor enfrentar a concorrência dos bancos privados. Trata-se da unificação de algumas

operações. O processo teve início há dois meses e, a partir do início do próximo ano, os mais de 40 milhões de correntistas dos dois bancos já poderão sacar dinheiro, emitir extratos e fazer outros serviços bancários tanto nas agências de uma instituição quanto nas da outra.

Greve geral pára a Itália

A paralisação aconteceu no dia 24 de outubro, envolveu 10 milhões de trabalhadores e teve como alvo a reforma da previdência proposta pelo governo de direita de Silvio Berlusconi. O protesto, desencadeado pelas três maiores centrais sindicais do país - CGL, CISL e UIL deixou escolas, bancos, escritórios públicos, correios, transporte coletivo, tudo parado. A reforma já teve

alguns pontos aprovados pelo governo, tais como o aumento do período de contribuição, de 25 para 40 anos, a partir de 2008, o fim dos incentivos para os trabalhadores que se aposentam antecipadamente e o estabelecimento de um limite máximo para as aposentadorias: 15 mil euros. A reforma prevê ainda incentivos para os trabalhadores que decidem não se aposentar após os 57 anos.

68
anosSindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Ano 19 | Nº 123 | 18 de Dezembro 2003

Filial à

CUT
Brasil

DEMISSÃO tem cara



Bancários lançam Campanha Nacional Contra Demissões

Levantamento da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) em sete capitais mostra que 7,5 mil empregados foram apenas em quatro bancos: Bradesco, HSBC, ABN/Amro/Real e Santander Banespa

As demissões ganharam intensidade nos últimos meses e estão ocorrendo em função, principalmente, das fusões e aquisições. E a tendência é de agravamento da situação. Segundo documento da CNB e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, somente o Bradesco vai demitir 12 mil no primeiro trimestre de 2004, em função da incorporação do Mercantil de São Paulo, BBV e BCN. O banco, porém, nega essas demissões. Diante de tal perspectiva, os bancários deram início no dia 11 à campanha **Demissão tem cara - responsabilidade social se faz com emprego**, lançada com protestos e paralisações parciais em cinco capitais do país. O objetivo é denunciar que o

setor mais lucrativo da economia não aposta na manutenção do emprego.

O Bradesco, um dos principais alvos do movimento, já demitiu dois mil funcionários. No dia nove, o ABN/Real, que concluiu a transação de compra do Sudameris no final de outubro, demitiu cerca de 190 bancários. Mas, as perdas não param por aí. Mais cinco mil vagas deverão ser eliminadas no próximo ano. "Temos informações que o ABN/Real quer manter 24 mil funcionários no próximo ano, mas o quadro de funcionários do ABN/Real e do Sudameris somam 29 mil", ressalta Márcio Monzane, do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O grupo Santander / Banespa e o HSBC

também intensificaram as demissões neste final de ano. A cada ano, cai o número de funcionários do banco inglês. O setor bancário como um todo, em pouco mais de uma década, reduziu pela metade o número de trabalhadores no Brasil, extinguindo mais de 400 mil postos de trabalho. Enquanto demitem, os bancos investem pesado em propaganda, na tentativa de "vender" à sociedade uma imagem de responsabilidade social. Mas, a realidade é que os bancos têm grande responsabilidade pelos problemas sociais que o país enfrenta. As demissões não afetam apenas a categoria bancária, mas também a qualidade do atendimento aos clientes e à população.

Entre os demitidos, bancários em vias de se aposentar

Além de demitir em massa, os bancos estão dispensando funcionários antigos, prestes a se aposentar. A discriminação não se restringe a um único banco, mas ganha destaque no Bradesco. O presidente da CNB/CUT, membros da Comissão de Organização dos Empregados do Grupo Bradesco e da Fetec SP entregaram um dossiê à Câmara Municipal de Osasco, denunciando a discriminação e as demissões que estão ocorrendo no banco. O documento constata que apenas 2% do quadro de

funcionários têm idade igual ou superior a 50, bem abaixo, portanto, da média do setor bancário, que é de 5,2%, e do mercado de trabalho, que é 9,33%. O relatório aponta também que 42% dos funcionários do Bradesco têm, no máximo, cinco anos de casa. E denuncia aumento do assédio moral após o processo de segmentação e das recentes aquisições. A denúncia será levada à Organização Internacional do Trabalho (OIT), às assembleias legislativas, ao Congresso Nacional e às DRTs.

Caxias do Sul e região têm mais de 90 demissões

Em Caxias do Sul e nos demais municípios da base do nosso Sindicato, os bancos demitiram 90 funcionários, entre janeiro e 10 de dezembro, conforme as rescisões realizadas na sede do Sindicato. Mas, há ainda outras demissões homologadas diretamente no Ministério do Trabalho, bem como casos de bancários com menos de 1 ano de trabalho, cujas demissões não passam pelo Sindicato, de modo que o número real de demissões ocorridas ao longo do ano é ainda maior. Das 90 demissões

registradas no Sindicato de Caxias do Sul e Região, 32 ocorreram depois de outubro. Também aqui, o Bradesco lidera o ranking, com 24 demissões, seguido do HSBC (12), ABN/Real/Sudameris (11) e Unibanco (7). Entre os demitidos, se incluem funcionários com mais de 26 e até de 30 anos de carreira, justamente aqueles que mais deram de si para o crescimento do banco. Caxias do Sul tem o maior sindicato bancário do interior do estado e conta hoje com 540 aposentados, mas entre eles não há nenhum do Bradesco.

Que as reflexões do final de ano apontem o caminho do coração, aproximando amigos de longe e de perto, os antigos e os mais recentes, os de todos os dias e aqueles que raramente encontramos, os constantes e os intermitentes, os das horas difíceis e os das horas alegres, aqueles que conhecemos profundamente e aqueles que conhecemos apenas pelos feitos realizados, aqueles para os quais abrimos caminhos e aqueles que plantaram os frutos que hoje colhemos. Que os bons ventos que trazem o novo ano una o melhor que há em cada um de nós, para que a amizade seja o repouso das lutas da vida.

Boas Festas e Feliz 2004!

Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Assédio moral: uma prática inserida na rotina

Hélvio Ernani Piazza*

A matéria "Unibanco é condenado por assédio moral", da edição nº 119 do jornal *Voz do Bancário*, de julho do corrente ano, relata sentença da Justiça do Trabalho, favorável a uma empregada daquela empresa que, após afastamento por doença profissional, retornando à agência, não lhe fora designado qualquer posto de trabalho. Ou seja, mostra que adquirir doença profissional leva "à geladeira", leva à discriminação, como forma indireta de punir. Porém, ofende diretamente a dignidade e a moral da pessoa.

Justa a sentença, na medida em que impôs indenização pecuniária e a retomada do posto de trabalho. Restam as seqüelas que os momentos de discriminação impuseram à funcionária vítima. Nenhuma sentença terá o condão de extirpar do íntimo da vítima todos os danos, diretos e indiretos, havidos. O que sofreu a família? O que sofreram os pais, os filhos? Irreparável...

No entanto, o caso abordado é apenas e lamentavelmente mais um dos muitos praticados rotineiramente e abusivamente contra os empregados, mormente, contra as mulheres. Vistos, num primeiro momento, o despreparo de muitos ocupantes de cargos de chefia e, logo após, "as políticas personalizadas e institucionalizadas de administração".

Cabe transcrever lição da professora e pesquisadora, Maria Ester de Freitas (EAESP/FGV), em artigo publicado sob o título Assédio Moral e Assédio Sexual: Faces do poder Perverso nas Organizações, onde diz: "No nosso cotidiano podemos nos defrontar com situações que nos minam as forças e que podem nos arrebentar; tais situações constituem verdadeiros assassinatos psíquicos, porém se apresentam como uma violência indireta, a qual muitos de nós, sob o pretexto da tolerância, nos tornamos complacentes, indiferentes e omisso".

Ao lermos o acima transcrito, veremos que muitos se encontram em situações semelhantes e submetidos diariamente aos assassinatos psíquicos, em nome da defesa de emprego, da manutenção de um salário, via de regra indigno. O silêncio e a omissão diante das pressões e dos assédios fazem com que alguns ou algumas, colocados em postos de chefia ou a quem se

deve subordinação direta ou indireta, fomentem a deturpação psicológica destes, dando vazão aos mais espúrios e perversos atos de violência, traduzidos em assédio moral, quando não sexual.

Como se poderia caracterizar ou definir o assédio moral? Valemo-nos de Marie-France Hirigoyen (psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta familiar, com formação em "victimologia" nos EUA e na França, *apud* Maria Ester de Freitas, quando nos ensina que o assédio moral se constitui de toda a "conduta abusiva que se manifesta notadamente por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos que podem causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, colocando em risco o emprego desta ou degradando o clima de trabalho". Podemos aditar Heinz Leymann, que define o assédio moral como "psico-terror".

Quanto se sentem ou sentiram-se, ou sentir-se-ão assim?

Atente-se para o fato de que, hoje, o desemprego graça em nosso meio, facilitando a ação dos perversos.

Devemos atentar para as formas que o agressor pode usar para impedir que a vítima reaja.

1. **A recusa da comunicação direta:** expressa-se como forma indireta através de atitudes de desqualificação, deixando a vítima indefesa, pois não sabe de onde provém tal atitude, visto não ser explícito. Visa o agressor impedir que a vítima pense, compreenda ou reaja. É uma maneira velada de dizer sem palavras, e sendo assim, impede a reação. Fica o(a) agredido(a) ou assediado(a) questionando-se sobre o que fizera para merecer tal tratamento. Questiona-se em vão, mas obtém a resposta com a satisfação do agressor, que logra se sentir dizendo que "gosto muito de você, mas você não vale nada". Tal mensagem está impregnada ou é percebida pela vítima.

2. **A desqualificação:** é a manifestação não verbal. Se dá de forma sutil, subjacente, insinuante: suspiros, dar de ombros, olhares com desprezo, fechar os olhos e balançar a cabeça, ironias desestabilizadoras, que levam ou podem levar os demais a questionar a capacidade ou competência profissional da vítima. Transveste-se, muitas

vezes em brincadeiras jocosas, piadas, trocas de nomes, por exemplo, que levam o(a) agredido(a) a questionar-se se está paranóico(a) ou "vendo coisas onde não existem". E quando a vítima repele ou reage, ouve que "tudo não passa de uma brincadeira e que ninguém morreu por causa de uma brincadeira". É o cobertor do(a) covarde que emerge.

3. **O descrédito:** a construção de algum argumento falso sobre determinada pessoa (vítima), ridicularização, humilhação, sarcasmo, difamações, mentiras, calúnias e subentendidos maldosos, que visam levar aquela à depressão, ao esgotamento. Buscando a vítima assistência médica, psicológica, psiquiátrica, o que não é raro, ainda ouvirá do agressor: "não estou surpreso, pois sempre soube que esta pessoa era louca".

4. **O isolamento:** hodiernamente, isola-se alguém, por exemplo, bloqueando, restringindo alguns acessos aos computadores da empresa. Outras formas, como "colocar no arquivo", não participação em reuniões formais ou até mesmo informais, mudanças de horários para que não participe do grande grupo, etc. O princípio norteador desta ação está em que, estando a vítima isolada, mais difícil será de rebelar-se. Significa quebrar ou romper qualquer tipo de aliança, fazendo com que o efeito seja que a vítima imagine que o mundo está contra si.

5. **O constrangimento, a vexação:** ao não ser designado para nenhum posto específico (vide o caso gerador da sentença referido no início), atribuir-lhe tarefas insignificantes e degradantes, muito abaixo de sua capacidade ou habitualidade de trabalho, fixação de objetivos inatingíveis, exigir trabalhos extraordinários e depois descartá-los no lixo. Enfim, fazer com que a pessoa se sinta na mais ampla e completa inutilidade ou objeto de sadismo por parte do agressor.

6. **O induzir ao cometimento de falta:** a desqualificação da pessoa (vítima) através de um ardil para induzir-lhe a uma reação impulsiva, colérica, agressiva, com o fito de, após cometida, poder menosprezar e taxar de desequilibrada e perturbadora, tanto do trabalho como ambiente em si. Há, aqui, o induzimento ao "erro" disciplinar ou o extrapolar a

postura tida como normal, para depois criticar e desqualificar a vítima. Muitas vezes valem-se os agressores do estar só com a vítima para ofender-lhe moralmente, proferindo, por exemplo, palavras de baixo calão, atingindo-lhe a honra. É o escudo do(a) covarde.

7. **O assédio sexual:** este tópico merece um estudo específico, mas o importante é salientar que o mesmo está inserido como parte do assédio moral.

O assediador é alguém psicologicamente doente; é narcisista. É movido pelo medo, pela insegurança, pela incapacidade, pela necessidade de autoafirmação. Teme que a vítima venha a lhe causar "sombra" ou que o faça a algum protegido. Via de regra, o assediado é mais competente do que o assediador. Ao mesmo tempo, o assédio moral dá-se do superior sobre o subordinado. Isto porque é mais fácil ao assediador usar de seu cargo para atingir moralmente o assediado, do que o revés. O assediador, como quer todos os holofotes, pois abriga em sua doença frustrações em diversos níveis intelectuais e/ou pessoais, não medirá conseqüências para atingir seu intento. Quer, quanto antes, ver-se longe do assediado, pois este, se perto e por vezes mesmo longe, representará uma ameaça à sua pseudo estabilidade.

Por derradeiro, vale lembrar que a legislação existe para ser utilizada. As armas de defesa do assediado estão inscritas nos diplomas legais, desde e principalmente, na Constituição Federal que, no artigo 1º, III, insculpe como um de seus princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana. Ainda, as discriminações são vedadas em quaisquer níveis, consoante disposição dos artigos 5º, I e 7º, XXX.

Portanto, no âmbito laboral, assim como em qualquer outro, se não prevalecerem as normas de convivência social, deve-se buscar a tutela do Estado, no sentido de serem garantidos os direitos individuais. O silêncio e a omissão serão o alimento aos egos psicologicamente doentes. E aos doentes deve ser destinado tratamento específico. Caso contrário, serão agentes tão ou mais nocivos que os vírus abjetos que contaminam organismos físicos e instituições.

* Técnico da Segurança do Trabalho e Acadêmico de Direito da UCS

Bancos compram financeiras

Com a tendência de queda nos juros, o crédito direto ao consumidor passa a ser um nicho interessante para o setor financeiro e os grandes bancos estão comprando financeiras para disputar este mercado. O Bradesco, dono da financeira Finasa, adquiriu, em novembro, a Zogbi, a quarta financeira adquirida pelo banco nos últimos 12 meses. O Unibanco resolveu reforçar sua posição no segmento com a compra da Creditec do grupo BBM, que oferece crédito pessoal. Em outubro, o HSBC incorporou o Banco Lloyds, incluindo a financeira Losango. E o Itaú incorporou a Finaustria, em dezembro do ano passado, ao adquirir o BBA.

Sancionada lei que anistia trabalhadores da Petrobrás

O presidente Lula sancionou a lei nº 10.970, que concede anistia a dirigentes, representantes sindicais e demais integrantes da categoria profissional dos empregados da Petrobras, punidos por fazerem greve no início da gestão do ex-presidente FHC, em 1995. A nova lei repara a punição que culminou com a demissão de muitos servidores da empresa e assegura a reintegração ao emprego.

Voz do Bancário

Coordenadores de Secretarias:

Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização*
Alexandre Rizzi - *Secretaria de Movimentos Sociais*
Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues - *Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer*
Gelso Fernando Marcon - *Secretaria de Formação*
Pedro Justino Incerti - *Secretaria de Organização e Política Sindical*

Vaine Terezinha Andreguete - *Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração*
Vilmar José Caslagna - *Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho*
Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Coordenação: Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa*

Edição: Heloisa Mezzalana - *Quinta Essência Comunicação & Marketing*
Fotolito e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares
Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul,

Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935.

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 - e-mail: seebcxs@visao.com.br

Expectativa de vida altera fator previdenciário e reduz aposentadoria

A média de vida, que subiu de 68,9 para 71 anos conforme última tabela do IBGE, é um dos quatro indicadores utilizados na fórmula criada no governo FHC para calcular os benefícios pagos pelo INSS

Com a atualização da tábua de vida do IBGE, quem entrou com pedido de aposentadoria depois do dia dois, vai ter o valor do benefício sensivelmente reduzido. Para receber nas mesmas proporções previstas, terão de trabalhar e contribuir por mais anos. Isso porque, no dia dois de dezembro, data de publicação da tábua de vida do IBGE, os cálculos do Fator Previdenciário número que multiplicado pela média dos

salários de contribuição do segurado, define o valor da aposentadoria, passou a ser calculado com o novo número da tábua de vida do IBGE - 71 anos.

A entrada em vigor atende ao decreto 3.048, de maio de 1999, que diz que os benefícios previdenciários requeridos a partir da data de publicação da tábua de vida devem ser calculados com a nova expectativa de sobrevida. E, quanto maior é a expectativa de vida, menor é o

fator previdenciário, já que as regras adotadas em 1999 relacionam o valor do benefício concedido ao período de tempo em que o beneficiado usufruirá da aposentadoria.

Boa parte dos trabalhadores, no entanto, não assimilou as mudanças relativas à Previdência realizadas no governo FHC e leva um susto ao descobrir, na hora de se aposentar, que tem de trabalhar mais alguns anos para garantir o benefício

integral. Na esteira da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, foi aprovada a Lei 9876, de 26 de novembro de 1999, que introduziu o método de cálculo do benefício para os trabalhadores da iniciativa privada, baseado no fator previdenciário, na verdade, um redutor de benefícios que considera o tempo e a alíquota de contribuição, a idade e a expectativa de vida.

INSS Reforma aumenta desconto

Aprovada pelo Senado no dia 11, a Reforma da Previdência traz diversos itens que entram em vigor em seguida à promulgação. A partir de janeiro, os trabalhadores da iniciativa privada que descontam sobre o teto do INSS passarão a descontar mais. Com a elevação do teto, que hoje é de R\$ 1.869,34, para R\$ 2,4 mil, o desconto mensal sobe de R\$205,63 para R\$ 262,00

Assembléia elege delegados para 8º Congresso Estadual

Em Assembléia Geral, realizada no dia 27 de novembro, os bancários de Caxias do Sul e Região escolheram seus representantes para o 8º Congresso Estadual dos Bancários, que se realizará nos dias 6 e 7 de março, em Porto Alegre. A assembléia contou com a presença de cerca de 100 bancários, que

elegeram nove delegados e seus respectivos suplentes, com 62 votos para a chapa 1 (Mobilizar para Conquistar) e 26 votos para a chapa 2 (Corrente Sindical Autônoma).

Os titulares eleitos pela chapa 1 são: Vaine Terezinha Andrequete, Ademar Henrique Bellini, Carlos Marcelo Berwanger

Rodrigues, Alexandre Rizzi, Mauro Luiz Ceccon e Gilmar Tadeu Maschio. Pela chapa 2 estão Pedro Justino Incerti, Edmundo Velho Brandão e Vilmar José Castagna. Os delegados elegerão a nova diretoria da Federação dos Bancários do RS para o período 2004/2007.



Bancários lotam auditório da sede do Sindicato na Assembléia que elegeu os delegados para o congresso estadual



INSS cria norma para controle das LER/DORT

O diagnóstico das síndromes de Lesão por Esforços Repetitivos e de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, mais conhecidas como LER/DORT, ficou mais fácil a partir da Instrução Normativa 98, publicada pelo INSS no dia 11 de dezembro. A norma amplia os fatores de reconhecimento dessas síndromes como doenças provenientes do trabalho e altera a rotina de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), que deverá ser emitida ainda em fase de investigação diagnóstica e mesmo sem

afastamento do trabalhador, a fim de que o INSS possa melhor reconhecer as doenças ocupacionais.

A IN 98 apresenta um quadro contendo os fatores de risco das síndromes, assim como suas consequências e referências bibliográficas, com o objetivo de facilitar o entendimento das causas e desenvolvimento da doença. Além dos aspectos funcionais, passa a considerar condições psicossociais, físicas e emocionais do trabalhador, envolvendo aspectos da organização do trabalho como ritmo, exi-

gências, tempo e pressão exercida sobre o trabalhador. Até então, a avaliação médica considerava apenas a parte anatômica.

A Instrução Normativa inclui uma recomendação para que os exames complementares necessários para a avaliação da incapacidade para o trabalho no caso da LER/DORT sejam solicitados pelo INSS. Com isso, a responsabilidade pela realização desses exames deixa de ser delegada ao segurado.

Comunicação de Acidentes do Trabalho

A IN 98 diz ainda que a emissão da CAT, até então restrita a casos de diagnóstico confirmado, cujo problema resultasse na incapacidade para o trabalho, deverá ser emitida ainda na fase de investigação diagnóstica. Nesse caso, a CAT não gerará benefício, mas sua emissão garantirá o direito do segurado, caso a doença seja agravada, de reabrir o processo de acidente de trabalho. A medida estabelece, ainda, que o INSS dê o mesmo tratamento a todas as comunicações de acidentes de trabalho, indepen-

dentemente do emissor (empresa, segurado, dependentes, entidade sindical, médico ou autoridade pública), eliminando-se, assim, a "Carta de infortunistica", que privilegia a empresa. Finalmente, a IN 98 ratifica o envio da CAT recebida fora do prazo para o setor de fiscalização do INSS, com o objetivo de aplicação das multas devidas e abertura de processo administrativo. O prazo de emissão da CAT é o primeiro dia útil do afastamento do empregado.

CUT analisa governo Lula e destaca eixos para 2004

Mudança do modelo econômico, com vistas ao desenvolvimento com inclusão social, crescimento do nível de emprego e distribuição de renda encabeça a lista das prioridades

Rejeição a qualquer acordo com o FMI que impeça o desenvolvimento econômico e social, reforma agrária, campanhas salariais voltadas para a retomada do poder aquisitivo dos trabalhadores, redução da jornada de trabalho, constituição de frentes de trabalho de emergência que possam gerar, pelo menos, um milhão de empregos, luta pela educação pública gratuita e de qualidade, a universalização do direito à saúde e das demais políticas públicas e uma reforma sindical que garanta um sistema democrático de relações de trabalho. Essas são as prioridades para o próximo ano, elencadas pela direção da CUT, em reunião

de avaliação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para definição de metas para 2004.

A avaliação resultou em nota oficial, divulgada no dia cinco, onde os 115 membros da direção nacional da CUT apontam os pontos positivos e aqueles que precisam ser mudados. O documento reconhece que o governo Lula, no decorrer deste seu primeiro ano de mandato, vem procurando implementar medidas destinadas a reduzir os impactos negativos da política macroeconômica, entre elas, voltadas para redução das taxas de juros e ampliação de crédito, a exemplo do crédito consignado com desconto em

folha. Outro aspecto positivo, foi a política internacional que vem sendo implementada.

O documento também chama a atenção sobre os prejuízos causados, como o crescimento do desemprego, a queda da renda dos trabalhadores, ampliação da informalidade no mercado de trabalho com impactos importantes sobre o crescimento da violência e da desagregação social. A direção da CUT rejeita qualquer acordo com o FMI que impeça o desenvolvimento econômico e social, mantém posição contrária à adesão do Brasil ao acordo da ALCA e vai participar das iniciativas da sociedade visando sua rejeição.

Renda do trabalhador tem menor participação no PIB

Em 1990, a renda dos trabalhadores tinha uma participação de 45,37% no PIB. Em 2002, essa participação baixou para 36,14%. O rendimento dos trabalhadores autônomos caiu de 6,92 para 4,58% no mesmo período, enquanto o rendimento médio real dos empregados brasileiros caiu 1,3% em apenas um ano (2002 em comparação ao ano anterior). Durante os oito anos do governo FHC, a queda da participação da renda dos trabalhadores no PIB alcançou 10%, passando de 40,11%, em 1994, para 36,14% em 2002.

Enquanto os trabalhadores perderam espaço na economia brasileira, empresas, setor financeiro e impostos aumentaram suas fatias no PIB. Em 1994, o excedente operacional bruto, que inclui o lucro das empresas e o que elas gastam com dividendos e juros (parcela que é transferida ao setor financeiro), participava do PIB com 38,40%. Em 2002, subiu para 41,93%. Já, a capacidade de poupança do setor financeiro aumentou em R\$ 4,4 bilhões de 2001 para 2002, quase a mesma quantia perdida na poupança das empresas não financeiras, que foi de R\$ 4,1 bilhões. A carga tributária total alcançou novo recorde em 2002, ficando em 34,9%, contra 33,4% em 2001. No começo do governo FHC representava 27,9% do PIB. Os números, revelados pelo IBGE dão idéia da transferência de renda resultante da política de privatizações e política monetária restritiva.

Bradesco vence 3ª Copa de Futsal dos Bancários



Os Campeões do Bradesco: Gabriel, Márcio, Ivan, João, Fernando, Marcelo, André, Cleo, Daniel e Gabriel Perozzo.

O último jogo da 3ª Copa de Futsal dos Bancários, entre as equipes do Bradesco e do Banco do Brasil, no dia 22 de novembro, encerrou o campeonato iniciado em outubro. Foi uma disputa difícil, decidida na prorrogação. As equipes terminaram o tempo normal da partida empatadas em 4x4 e tiveram de decidir o campeonato na prorrogação - dois tempos de cinco minutos conforme prevê o regulamento para o caso de empate. O resultado final foi de 6x5.

O campeonato mobilizou 80 atletas, distribuídos em seis times e 13 jogos, todos realizados na sede da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB. Além dos atletas, também a torcida participou do evento, que tem por objetivo não só o estímulo à prática do esporte, como a integração da categoria.

1º colocado
Bradesco

2º colocado
Banco do Brasil

3º colocado
ABN Real/BIC/ Safra

4º colocado
Unibanco

Goleador
Marcio Ulian / Bradesco

Goleiro menos vazado
Gabriel Perozzo / Bradesco

Equipe mais disciplinada - Unibanco

CUT denuncia ameaça de privatização do SAT

A CUT divulgou nota oficial classificando de inaceitável a decisão do Senado de oferecer a administração do Seguro Acidente de Trabalho - SAT às seguradoras. A decisão foi tomada no dia 27 de novembro, quando a maioria dos senadores aprovou um destaque à reforma da previdência, que retira do INSS a reserva de cobertura do SAT.

O destaque foi aprovado por 39 votos a 33. O SAT foi privatizado no governo FHC, mas, como a matéria nunca foi regulamentada, a privatização não entrou em vigor. O SAT é um fundo constituído pela contribuição mensal de 1% a 3% da folha de pagamento de todas as empresas. Seu orçamento anual é de cerca de R\$ 4,2 bilhões, dos quais um terço é utilizado para pagamento de benefícios. O restante é superávit, cobijado pelas seguradoras. Esta parcela hoje é usada para complementar a receita da Previdência Social.